ACGE

WWW.RESPONSABILIDADECLIMATICA.ORG

RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA EM PORTUGAL

ÍNDICE ACGE 2010

Um projecto EURONATURA

RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA EM PORTUGAL

ÍNDICE ACGE 2010

AUTORES:
HUGO COSTA
ANDRÉ BALTAZAR

ÍNDICE

1. CONSELHO CONSULTIVO 6

2. SUMÁRIO EXECUTIVO 7

3. METODOLOGIA 8

3.1 Tipos de participação: Empresas Seleccionadas e Participantes Voluntários 8

3.2 Recolha de Informação 9

3.3 Capítulos de Avaliação 11

4. EMPRESAS E SECTORES 14

5. CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS 16

6. RESULTADOS ACGE 2010 18

7.1 Análise Global 18

7.2 Análise por Capítulo 21

7.3 Análise top10 22

7.4 Análise Sectorial 23

7. ANÁLISE CRITÉRIOS CHAVE 30

7.1 Capítulo A 30

7.2 Capítulo B 32

7.3 Capítulo C 33

7.4 Capítulo D 35

8. OBJECTIVOS CLIMÁTICOS DAS EMPRESAS 38

9. EVOLUÇÕES 41

9.1 Evolução dos resultados das empresas: ACGE 2005 > ACGE 2010 41

9.2 Evolução dos critérios de avaliação: ACGE Sect. 2009 > ACGE 2010 44

10. CONCLUSÕES 45

11. FICHAS DE EMPRESA 47

12. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO ACGE 2010 61

Verificação Independente de processo relativo ao Índice de Responsabilidade Climática: ACGE 2010 69

1

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo (CC) do Índice ACGE pretende reunir um conjunto de personalidades que, através da sua experiência e conhecimento, promovem a existência de critérios de avaliação coesos e que melhor reflectem a realidade que o Índice pretende retratar.

A criação do CC surge da necessidade de, ao longo do desenvolvimento anual do Índice, tomar um conjunto de decisões, principalmente associadas à reformulação de critérios, realizando assim a necessária e regular actualização para a realidade empresarial portuguesa.

Durante o desenvolvimento do ACGE 2010 as orientações e opiniões dos Conselheiros, apesar de não serem vinculativas, acrescentaram valor ao projecto na sua definição final.

Neste contexto a Euronatura é a única responsável pelo Índice ACGE, pela sua formulação e pelos seus resultados.

O Conselho Consultivo para a edição ACGE 2010 é constituído pelos especialistas que se listam abaixo, e cuja anuência ao convite em muito honrou a Euronatura:

ANA LOPES
E. Value

ANA RITA ANTUNES
Quercus

ANABELA VAZ RIBEIRO
Associação Portuguesa de Ética Empresarial

FRANCISCO DE LA FUENTE SÁNCHEZ

LUÍS ROCHARTRE
BCSD Portugal

NUNO CLÍMACO PEREIRA
IST

RITA SOUSA
SW - Smartwatt

RUI LOUREIRO
Sair da Casca

SOFIA SANTOS
Sustentare

2

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Índice ACGE 2010 tem como objectivo primordial a avaliação do desempenho de um conjunto seleccionado de sectores empresariais a operar na esfera nacional. As empresas são avaliadas pela informação que prestam da actividade desenvolvida em Portugal. O objectivo do projecto é avaliar a resposta destas empresas ao desafio das alterações climáticas e de uma economia restrita em carbono.

A apreciação das empresas baseia-se na definição de um conjunto de indicadores demonstrativo do seu empenho no combate às alterações climáticas. Estes indicadores avaliam as empresas a 4 níveis: "Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais" (capítulo A), a "Gestão das Empresas e Auditorias Ambientais" (capítulo B), a "Divulgação das Alterações Climáticas" (capítulo C) e "Inventários de Gases com Efeito de Estufa" (capítulo D).

A melhor pontuação, no *ranking* global, foi obtida, em *ex aequo,* pelos CTT, EDP e Sonae Sierra, com a 2.ª classificação mais elevada a ser atribuída ao BES, e a 3.ª melhor pontuação, em *ex aequo*, para a CGD e Lipor. Foram colocadas sob escrutínio do Índice um total de 59 empresas, representativas dos sectores em análise ou participantes voluntários no projecto. Os resultados indiciam que cerca de 50% das empresas destes sectores não atribui primazia às Alterações Climáticas na sua agenda corporativa.

De entre o conjunto de sectores e empresas em análise no ACGE 2010, somente um número reduzido de empresas não possui ou divulga dados sobre o seu desempenho climático.

O Índice ACGE constitui uma ferramenta para os gestores de empresas, consumidores, investidores, fornecedores e público em geral, possibilitando comparações e incorporando a performance das empresas, perante as Alterações Climáticas, na tomada de decisões.

3

METODOLOGIA

3.1

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO: EMPRESAS SELECCIONADAS E PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

O Projecto "Responsabilidade Climática: Índice ACGE 2010" contempla, como aconteceu nas edições anteriores, dois tipos de participação: a Participação das Empresas Seleccionadas e a Participação Voluntária:

PARTICIPAÇÃO NÃO VOLUNTÁRIA

Empresas seleccionadas pela Euronatura, com a aprovação do Conselho Consultivo a 13 de Maio de 2010.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Para qualquer entidade que queira divulgar as suas práticas, através do fornecimento de informação.

NOTA

A participação voluntária foi divulgada através do sítio do Projecto, este tipo de participação foi restringido a um máximo de 10 empresas. A estas empresas não é aplicada a metodologia de recolha de informação; para as participações voluntárias foi enviada uma listagem dos itens em avaliação para preenchimento e um pedido de envio de material que comprovasse as suas afirmações.

3.2

RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Após a selecção das empresas participantes, a recolha da informação necessária à elaboração do Ranking ACGE 2010 seguiu a seguinte metodologia:

1. CONTACTO TELEFÓNICO, CORREIO ELECTRÓNICO E CORREIO POSTAL
2. ENVIO DE E-MAIL A FORMALIZAR O CONVITE À PARTICIPAÇÃO
3. ANÁLISE DE MATERIAL ENVIADO PELA EMPRESA E PESQUISADO PELA EURONATURA
4. ELABORAÇÃO E ENVIO DOS PRÉ-RELATÓRIOS
5. RECEPÇÃO DE COMENTÁRIOS AOS PRÉ-RELATORIOS
6. VALIDAÇÃO PELA PRICEWATERHOUSECOOPERS

Figura 3.1
Metodologia para a elaboração do Ranking ACGE 2010.

1
Contacto

Foi efectuado contacto com o intuito de averiguar o responsável na empresa pela colaboração com a Euronatura. Este deveria fornecer material de consulta e tecer os comentários ao Pré-Relatório enviado.

2
Envio de correio electrónico:

Foi enviado correio electrónico a formalizar o convite à participação, bem como a solicitar o envio da seguinte informação:

. O Relatório & Contas de 2009;

. O Relatório de Sustentabilidade (ou outro com referências ambientais) 2009;

. Todas as publicações / edições / comunicados / outros que façam de algum modo referência às preocupações que a empresa terá com as alterações climáticas, ou com o clima na generalidade.

3
Análise do Material

Nesta fase procedeu-se à análise de todo o material recolhido e que serviu de base à elaboração do **Pré-Relatório**. Adicionalmente, foi efectuada a

pesquisa de informação pública para a recolha de dados adicionais de acordo com os seguintes passos:

* Pesquisa no site de cada empresa

** Análise dos primeiros 10 resultados relevantes, em 6 palavras-chave, no motor de busca Google:

. 1ª "nome da empresa + ambiente"
. 2ª "nome da empresa + alterações climáticas"
. 3ª "nome da empresa + eficiência energética"
. 4ª "nome da empresa + environment"
. 5ª "nome da empresa + climate change"
. 6ª "nome da empresa + energy efficiency"

4
Elaboração e Envio dos Pré-Relatórios

A recolha dos dados, já descrita, serviu de base à construção de um Pré-Relatório para cada empresa incluída no ranking. Nesta fase, foi disponibilizada, a todas as empresas, a possibilidade de **marcação de reuniões** com o intuito de esclarecer dúvidas e/ou a confirmação de existência de material que ainda se encontrava em elaboração, como por exemplo o Relatório de Sustentabilidade 2009.

5
Recepção de Comentários aos Pré-Relatórios

Após o envio de cada Pré-Relatório foram dadas três semanas a cada empresa para remeter à Euronatura a sua análise e os comentários, que complementariam a informação já recolhida.

6
Validação pela PricewaterhouseCoopers

Toda a documentação recolhida pela Euronatura e fornecida pelas empresas foi enviada para a PricewaterhouseCoopers de forma a se proceder à validação dos dados do Índice ACGE 2010.

A **metodologia de recolha de informação** do ACGE, permite maximizar o acesso aos dados necessários ao preenchimento dos itens em avaliação, ao mesmo tempo que possibilita a compreensão dos mesmos por parte dos responsáveis nas empresas. Desta forma, não só o contacto se tornou mais personalizado, como foi possível, na maioria dos casos, nomear o responsável pela análise do Pré-Relatório.

Porque a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas ocorreu durante o ano todo de 2009, foram definidas algumas alterações na calendarização inicial, para que as oportunidades de resposta e a recolha de informação fossem maximizadas para grande parte das empresas participantes. A Euronatura aceita as especificidades associadas a cada empresa ou actividade numa perspectiva positiva, e visa a melhoria do desempenho global e a formação e motivação das pessoas.

A aplicação da metodologia associada ao ACGE, com o seu acompanhamento das empresas e fluidez na troca de dados, possibilita a existência de uma informação de base de grande qualidade e que permite, em última análise, uma íntegra avaliação da realidade.

3.3

CAPÍTULOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação das empresas no Índice ACGE 2010 foi realizada de modo a permitir uma análise a quatro níveis:

CAPÍTULO A "ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E SUPERVISÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS"	6 PONTOS
CAPÍTULO B "GESTÃO DAS EMPRESAS E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS"	12 PONTOS
CAPÍTULO C "DIVULGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS"	9 PONTOS
CAPÍTULO D "INVENTÁRIOS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA"	13 PONTOS

O SOMATÓRIO DOS CAPÍTULOS EQUIVALE A 40 PONTOS.

CAPÍTULO A

Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais

O Conselho de Administração (CA) está focado, em última análise, em perpetuar a existência da empresa. Com base neste pressuposto, age para que a empresa aproveite todas as oportunidades, cumprindo com os vínculos relacionados dos seus representantes, clientes, fornecedores e comunidade em que actua.

Assim, para que o CA, ou outro órgão de gestão, seja eficiente e eficaz não se deverá limitar à legislação aplicável ou aos melhores códigos de boas práticas de "*corporate governance*", é também necessário que o seu desempenho seja inovador.

O papel da administração é relevante para as questões climáticas, pois **é a** este nível que são definidos os vectores estratégicos da unidade organizativa, empresa ou grupo

de empresas, onde são avaliados e monitorizados os investimentos, as medidas e os riscos, numa lógica de protecção dos interesses e do "valor" da empresa. Neste contexto a administração deverá definir a metodologia de abordagem às alterações climáticas, no desenvolvimento da sua actividade económica, na relação com os *stakeholders* e na forma como comunica o seu desempenho.

O sistema Europeu de partilha de responsabilidade (*burden sharing*) perante a Convenção Quadro para as Alterações Climáticas (CQNUAC) concretiza-se na responsabilização das empresas, através dos Estados, e da sua participação no esforço de combate às alterações climáticas. Às empresas, através da administração, cabe a função de interpretar e fazer chegar à sua escala de trabalho os sinais vindos do poder político e da comunidade científica.

A administração da empresa deverá fomentar a criação de dados relevantes, dentro dos limites de acção da empresa, podendo assim avaliar os riscos competitivos e financeiros, explorando novas oportunidades, enquanto minimiza os custos potenciais associados às alterações climáticas e também da sua actividade.

É de notar que existe uma crescente tendência para que as alterações climáticas sejam entendidas como uma matéria de impacte material nas empresas, passando portanto a fazer parte integrante dos seus processos de decisão e gestão, tornando-se mais fácil antecipar alterações de política e tendências de consumidores e investidores.

Actualmente, as empresas deparam-se com o desafio de internalizar as alterações climáticas na avaliação dos riscos para o seu negócio. As tipologias de abordagens são diversas e denunciam uma capacidade crescente de fazer chegar o assunto, "alterações climáticas", às diversas escalas de trabalho da empresa. Neste sentido, o conhecimento da estrutura de *governance* de uma empresa é fundamental para melhor compreender o seu posicionamento, em particular no que diz respeito ao desafio das alterações climáticas. Assim, considerando a metodologia do projecto, importa ter conhecimento de informações genéricas sobre a estrutura administrativa da empresa: o organograma e descrição das funções, a composição do conselho de administração, a existência de auditorias e a cotação da empresa em bolsa.

CAPÍTULO B

Gestão das Empresas e Preocupações Ambientais.

As preocupações das empresas vão além do tradicional cumprimento de obrigações legais. Sem que se desvaneça a lógica empresarial de maximização da produtividade e do lucro, as empresas promovem a existência de boas práticas ambientais e climáticas, controlando e monitorizando a poluição, minimizando os desperdícios e os resíduos e aumentando a eficiência do seu negócio. Este comportamento está associado à crescente valorização do tema por parte de investidores, políticos, clientes, nas suas múltiplas valências, e *media*.

O fenómeno do aquecimento global abre espaço a que a dimensão ambiental das empresas se torne cada vez mais relevante, com implicações materiais e financeiras. Nenhuma empresa deverá, no contexto actual, descurar o surgimento de oportunidades de aumento da sua eficiência energética e de aprovisionamento de recursos, sendo estes elementos chave para o crescimento numa economia com restrições às emissões de carbono.

Nesta fase da avaliação é verificada a existência de

obrigações legais relacionadas com as alterações climáticas e o âmbito de aplicação na empresa. Seguidamente é verificada a existência de objectivos ambientais quantificados, avaliando a sua relação com a emissão de GEE, com a eficiência energética ou com outras questões com implicações nas alterações climáticas.

CAPÍTULO C

Divulgação das Alterações Climáticas

A atitude da empresa e a definição dos seus compromissos relativamente às alterações climáticas são apresentados nas declarações realizadas pela administração, ou seus representantes, na forma de declarações públicas ou através de documentação de divulgação pública. Desta forma as empresas assumem pontos de vista, experiências e abordagens ao tema em análise. A administração assume, portanto, o papel de veículo de divulgação da posição da empresa, assumindo vínculos e compromissos pelos quais responde.
Neste capítulo é avaliado o comportamento das empresas perante as alterações produzidas através do mecanismo de aquecimento global, considerando por um lado os riscos materiais para o seu negócio e por outro, as questões operacionais associadas às conjunturas de mercado, as novas referências competitivas e os regulamentos governamentais que afectam a utilização da energia e as tipologias de produção.
Pretende-se, em última análise, realizar o levantamento exaustivo das formas de divulgação adoptadas pela empresa que abordem ou estejam associadas ao fenómeno das alterações climáticas.

CAPÍTULO D

Inventários de Gases com Efeitos de Estufa

A contabilização das emissões é um aspecto crucial quando avaliamos a forma como as empresas trabalham o tema das alterações climáticas. É com base na contabilização que se pode realizar o trabalho de criação de medidas e de identificação de oportunidades que permitirão efectivar e fundamentar a política e a gestão. Só após a obtenção de informação, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, se poderá dar início ao processo que culminará com a definição das tendências de emissões da empresa e consequente definição de objectivos quantificados. Torna-se, portanto, relevante avaliar a adesão de cada empresa a esquemas voluntários, e não voluntários, de contabilização de emissões. O *Greenhouse Gas Protocol,* cuja utilização é recomendada nas *Global Reporting Initiative Sustainability Reporting Guidelines*, evidencia metodologias *standard* de inventariação e divulgação de informação das emissões de GEE.

Em síntese, são analisadas as seguintes questões:
a. Existência de inventário geral das emissões;
b. Definição ano de referência para a contabilização de GEE;
c. Definição de objectivos concretos de redução ou limitação;
d. Realização de projecções para as suas emiss**ões;**
e. Grau de divulgação da informação;

4

EMPRESAS E SECTORES

A 6ª edição do Índice ACGE possui um formato multi-sectorial, tendo o intuito de constituir uma avaliação transversal do tecido económico e empresarial em Portugal. Para isso foram escolhidos 14 sectores, perfazendo uma amostra de 54 empresas. As empresas foram avaliadas mediante informação, dados e desempenho da sua actividade operacional em Portugal. A selecção das empresas fez-se predominantemente com base em dois factores: o **volume de vendas** da empresa em 2008 e a **participação em edições anteriores** do Índice ACGE. Na selecção para a constituição do Sector Financeiro, foi considerado o valor de activo líquido total em 2008, no caso dos bancos, e no caso das seguradoras não vida foram seleccionadas aquelas com maior valor de prémios brutos emitidos em 2008.

Podemos sintetizar que o conjunto de empresas e sectores abrangidos no índice obedece, por um lado, a uma lógica quantitativa, na sua dimensão económica, social e ambiental; e por outro, não negligencia a sua função pedagógica e formativa, analisando maioritariamente empresas que não estão associadas ao Programa Nacional para as Alterações Climáticas ou ao Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão.
Infra apresentam-se os sectores e empresas que constituem a amostra para a constituição do Índice ACGE 2010:

Tabela 4.1
Listagem das empresas constituintes do Ranking ACGE 2010.

AGRO-INDÚSTRIA

LACTOGAL (Recusou Participar)
NESTLÉ PORTUGAL
UNICER (Recusou Participar)

FINANCEIRO

BANCO ESPÍRITO SANTO
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO (Recusou Participar)
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MILLENNIUM BCP
SANTANDER TOTTA
AXA PORTUGAL
FIDELIDADE - MUNDIAL
IMPÉRIO - BONANÇA

ENERGIA

BP PORTUGAL (Recusou Participar)
CEPSA
EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL
GALP ENERGIA
REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS
REPSOL

TRANSPORTES

CARRIS - COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA
CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES
METROPOLITANO DE LISBOA
METROPOLITANO DO PORTO
STCP - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO
TAP PORTUGAL - TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

TRANSPORTES - GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

ANA - AEROPORTOS DE PORTUGAL
BRISA
APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA

CELULOSE E PAPEL

CELBI
PORTUCEL - SOPORCEL

COMÉRCIO

EL CORTE INGLÉS - GRANDES ARMAZÉNS
FNAC PORTUGAL
IKEA PORTUGAL
WORTEN

DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR

AUCHAN PORTUGAL
MODELO CONTINENTE
PINGO DOCE

RESÍDUOS

LIPOR
VALOR AMBIENTE (Recusou Participar)
VALORSUL

MINERAIS

CIMPOR
SECIL

TELECOMUNICAÇÕES

PORTUGAL TELECOM
SONAECOM
VODAFONE PORTUGAL
ZON MULTIMÉDIA

CONSTRUÇÃO

MOTA – ENGIL
OPWAY
SOARES DA COSTA
SOMAGUE
TEIXEIRA DUARTE (Recusou Participar)

IMOBILIÁRIO

CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA
MUNDICENTER
SONAE SIERRA

IMOBILIÁRIO - MEDIAÇÃO

ERA PORTUGAL
REMAX PORTUGAL

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL
LUÍS SIMÕES
REVIGRÉS
RODOVIÁRIA DE LISBOA
TST - TRANSPORTES SUL DO TEJO

N.º TOTAL DE EMPRESAS 59

5

CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS

A natureza multi-sectorial do ACGE 2010 conduziu a uma amostra de empresas que maioritariamente reconhece o projecto de edições anteriores, assim ganhando maior predisposição a participarem activamente e colaborarem no processo de avaliação do Índice, no sentido de divulgarem as suas práticas ambientais e relacionadas com alterações climáticas. Assim, o Índice ACGE é, cada vez mais, do conhecimento do público, e principalmente, dos investidores, dos consultores e dos gestores nas empresas.

A comunicação pública é relevante na obtenção de bons resultados, no entanto esta poderá ser realizada especificamente para o ACGE ou através de documentos de divulgação geral. Foi criado um sistema de pontuação para fazer uma análise do comportamento das empresas ao longo das fases metodológicas de obtenção de informação relevante para o Índice ACGE.

O resultado da atribuição de pontuação a momentos de comunicação que a Euronatura considera relevante, traduz-se num nível de participação e comunicação das empresas. O domínio de pontuação possível vai de -1, para uma empresa que não comunica e recusa participar, até 4 para uma empresa que comunica nos momentos chave e que produz documentação de comunicação relevante.

Gráfico 5.1
Nível de participação das empresas ACGE 2010

O nível de participação em 2010 sofreu uma melhoria significativa comparativamente com o ano passado, com o n.º de empresas com zero pontos a passar de 22 em 2009, para 9 em 2010. Também o n.º de empresas com 4 pontos aumentou de 17 para 22.

A participação activa por parte das empresas, sejam as pré-seleccionadas pela Euronatura ou participantes voluntárias, é um ponto positivo, uma vez que as suas contribuições demonstram, por si só, a vontade de fazer mais e melhor e são um sinal de transparência. As empresas que manifestam este tipo de atitude são: BES, Carris, Celbi, CGD, CP, EDP, ERA Portugal, Millennium BCP, Portucel – Soporcel, Repsol, Santander Totta, Somague, Sonae Sierra, Sonaecom, TAP, Vodafone Portugal, ZON Multimédia, e também os participantes voluntários, CTT, Luís Simões, Revigrés, Rodoviária de Lisboa e TST.

As empresas que demonstram predisposição para colaborarem durante o processo de avaliação do Índice evidenciam pontuações mais elevadas (Gráfico 5.2).

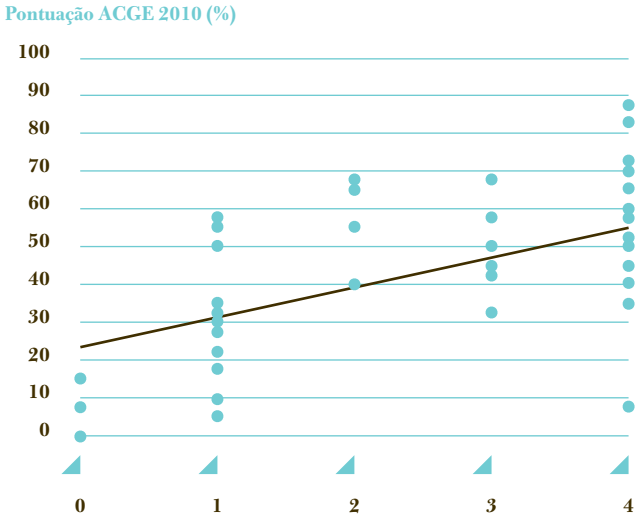


Gráfico 5.2
Correlação entre pontuação obtida no ACGE 2010 e nível de participação

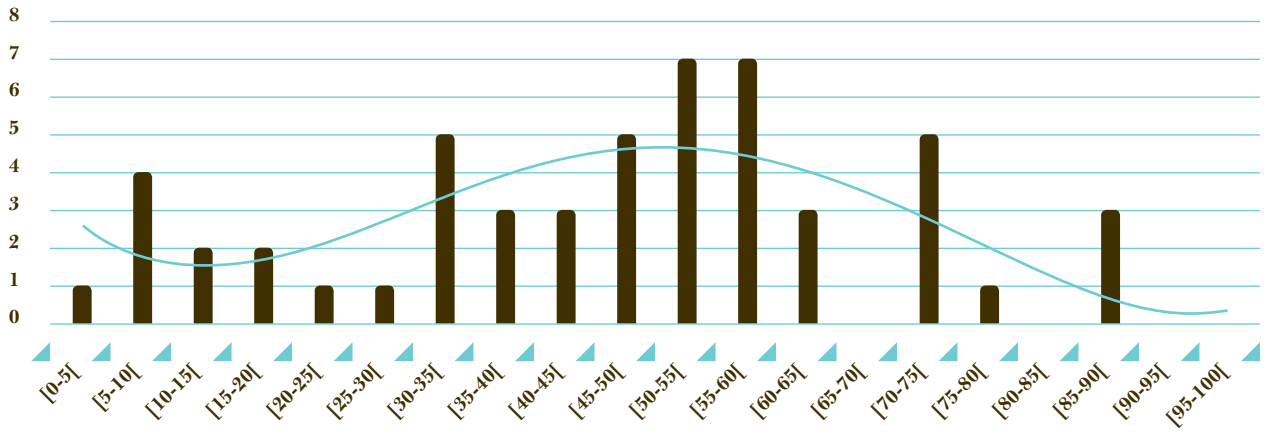
6

RESULTADOS ACGE 2010

6.1

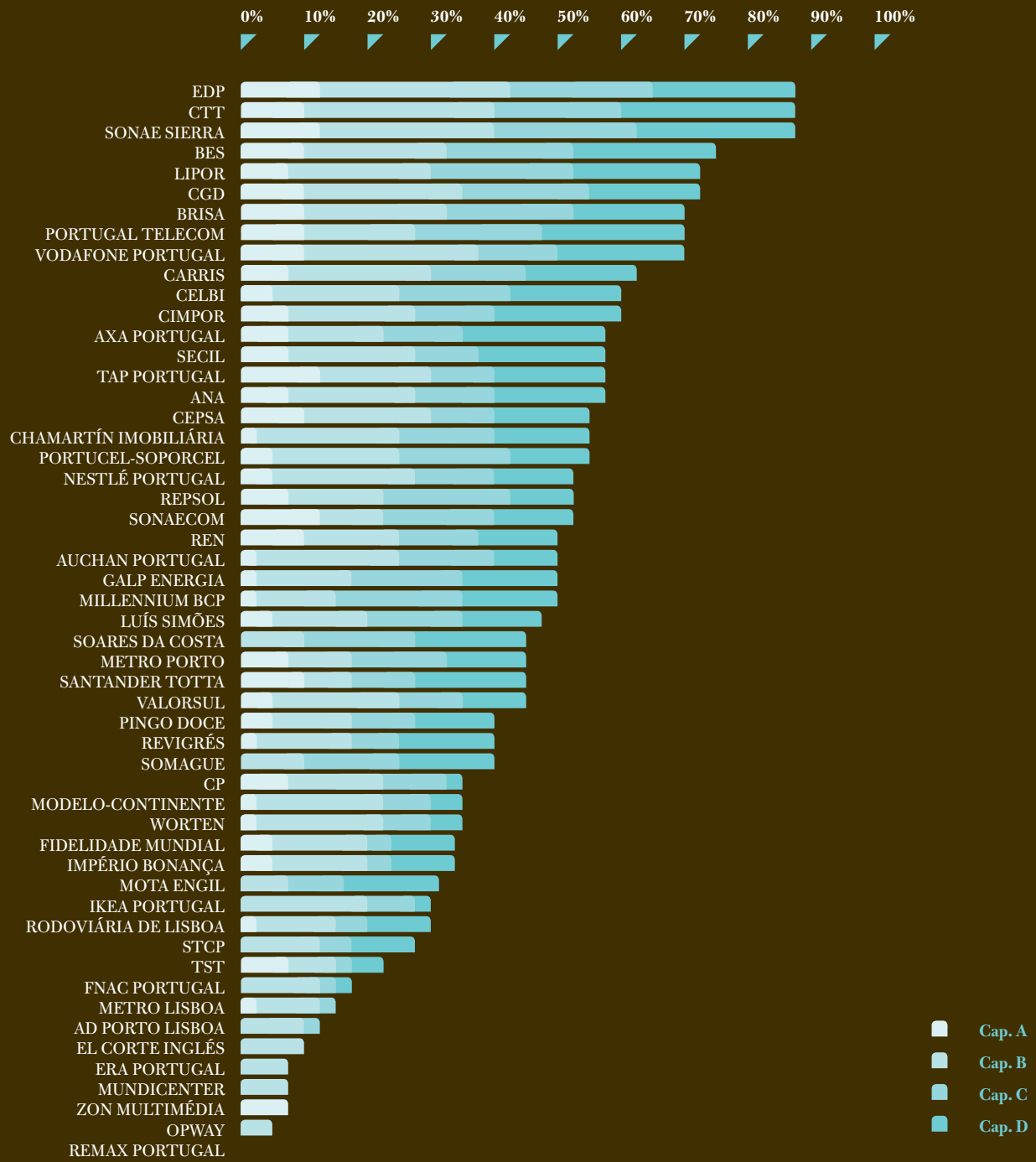
ANÁLISE GLOBAL

A análise aos resultados da amostra do Índice ACGE 2010 demonstra uma distribuição homogénea no espectro de pontuações. Também se verifica que não existem diferenciais significativos entre os diferentes patamares de pontuações. O comportamento das empresas em análise é, portanto, diversificado, dado que os resultados estão dispersos ao longo de todo o domínio de pontuações. O gráfico 6.1.1 ilustra as ocorrências de classificação ao longo do espectro de pontuações; verifica-se uma ligeira predominância de ocorrências no intervalo [50%; 60%]. Para a amostra das 53 empresas avaliadas a média de pontuação obtida foi de 44,7%. O valor da média representa, em última análise, o estágio de desenvolvimento das grandes empresas portuguesas no que respeita à performance climática.



# RANKING	EMPRESA	PONTUAÇÃO
1º	EDP	87,5%
1º	CTT	87,5%
1º	SONAE SIERRA	87,5%
4º	BES	75,0%
5º	LIPOR	72,5%
5º	CGD	72,5%
7º	BRISA	70,0%
7º	PORTUGAL TELECOM	70,0%
7º	VODAFONE PORTUGAL	70,0%
10º	CARRIS	62,5%
11º	CELBI	60,0%
11º	CIMPOR	60,0%
13º	AXA PORTUGAL	57,5%
13º	SECIL	57,5%
13º	TAP PORTUGAL	57,5%
13º	ANA	57,5%
17º	CEPSA	55,0%
17º	CHAMARTÍN IMOB.	55,0%
17º	PORTUCEL-SOPORCEL	55,0%
20º	NESTLÉ PORTUGAL	52,5%
20º	REPSOL	52,5%
20º	SONAECOM	52,5%
23º	REN	50,0%
23º	AUCHAN PORTUGAL	50,0%
23º	GALP ENERGIA	50,0%
23º	MILLENNIUM BCP	50,0%
27º	LUÍS SIMÕES	47,5%
28º	SOARES DA COSTA	45,0%
28º	METRO PORTO	45,0%
28º	SANTANDER TOTTA	45,0%
28º	VALORSUL	45,0%
32º	PINGO DOCE	40,0%
32º	REVIGRÉS	40,0%
32º	SOMAGUE	40,0%
35º	CP	35,0%
35º	MODELO-CONTINENTE	35,0%
35º	WORTEN	35,0%
38º	FIDELIDADE MUNDIAL	33,8%
38º	IMPÉRIO BONANÇA	33,8%
40º	MOTA ENGIL	31,3%
41º	IKEA PORTUGAL	30,0%
41º	RODOVIÁRIA DE LISBOA	30,0%
43º	STCP	27,5%
44º	TST	22,5%
45º	FNAC PORTUGAL	17,5%
46º	METRO LISBOA	15,0%
47º	ADM. PORTO LISBOA	12,5%
48º	EL CORTE INGLÉS	10,0%
49º	ERA PORTUGAL	7,5%
49º	MUNDICENTER	7,5%
49º	ZON MULTIMÉDIA	7,5%
52º	OPWAY	5,0%
53º	REMAX PORTUGAL	0,0%

Gráfico 6.1.1
Distribuição de ocorrências de classificação no ACGE 2010 e regressão polinomial do número de empresas por intervalo de análise

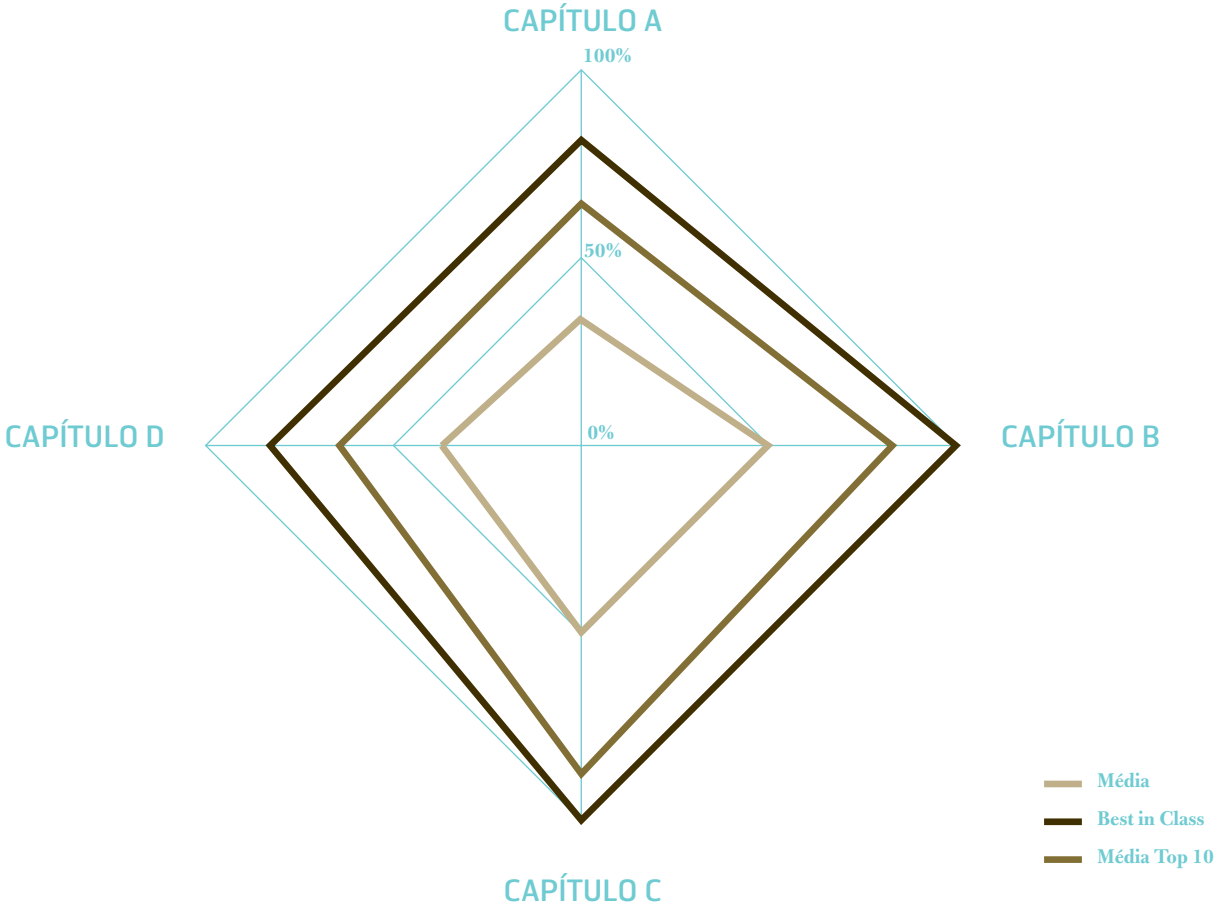

0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
70%
80%
90%
100%
EDP
CTT
SONAE SIERRA
BES
LIPOR
CGD
BRISA
PORTUGAL TELECOM
VODAFONE PORTUGAL
CARRIS
CELBI
CIMPOR
AXA PORTUGAL
SECIL
TAP PORTUGAL
ANA
CEPSA
CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA
PORTUCEL-SOPORCEL
NESTLÉ PORTUGAL
REPSOL
SONAECOM
REN
AUCHAN PORTUGAL
GALP ENERGIA
MILLENNIUM BCP
LUÍS SIMÕES
SOARES DA COSTA
METRO PORTO
SANTANDER TOTTA
VALORSUL
PINGO DOCE
REVIGRÉS
SOMAGUE
CP
MODELO-CONTINENTE
WORTEN
FIDELIDADE MUNDIAL
IMPÉRIO BONANÇA
MOTA ENGIL
IKEA PORTUGAL
RODOVIÁRIA DE LISBOA
STCP
TST
FNAC PORTUGAL
METRO LISBOA
AD PORTO LISBOA
EL CORTE INGLÉS
ERA PORTUGAL
MUNDICENTER
ZON MULTIMÉDIA
OPWAY
REMAX PORTUGAL
Cap. A
Cap. B
Cap. C
Cap. D

6.2

ANÁLISE POR CAPÍTULO

O Gráfico 6.2.1 ilustra o comportamento das empresas seccionado nos 4 capítulos de avaliação do Índice. A principal conclusão é de que o Cap. D (Inventários de Gases com Efeito de Estufa) e Cap. A (Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais) são aqueles em que as empresas apresentam uma maior fragilidade; este ponto fraco manifesta-se no universo total das empresas, mas também no caso das empresas do top10. O *best in class* também fica longe da fasquia dos 100% de pontuação nestes 2 capítulos.

Gráfico 6.2.1
Performance por capítulo



6.3

ANÁLISE TOP10

O grupo de empresas que constitui o top10 (Tabela 6.3.1) do Índice apresenta um diferencial de pontuação significativo: 25% é a diferença de pontuação entre a primeira e última empresa deste grupo. Significa então que existe margem para melhoria mesmo entre as empresas mais bem classificadas. Também se constata que apenas as 3 empresas do top10 atingem valores acima dos 80%. A média do top10 é de 75,5%.

# RANKING	EMPRESA	PONTUAÇÃO
1	CTT	87,5%
1	EDP	87,5%
1	SONAE SIERRA	87,5%
4	BES	75,0%
5	CGD	72,5%
5	LIPOR	72,5%
7	BRISA	70,0%
7	PORTUGAL TELECOM	70,0%
7	VODAFONE PORTUGAL	70,0%
10	CARRIS	62,5%

Tabela 6.3.1
Ranking top10

As empresas que obtêm a melhor classificação são os CTT, Sonae Sierra e EDP. Estas empresas apresentam uma política estruturada de combate às alterações climáticas, com base numa monitorização profunda, na divulgação de resultados e na definição e cumprimento de objectivos quantificados. O conjunto destas 3 empresas difere ligeiramente pelas variantes de cumprimento ao nível de redução de emissões de GEE, objectivos de redução, cumprimento dos mesmos e planeamento e previsão de emissões.

As únicas empresas financeiras presentes no top10 são a CGD e BES, ambas com resultados semelhantes, sendo a performance climática do BES ligeiramente superior. A CGD apresenta resultados superiores ao BES no Cap. C, decorrente da sua forte política de comunicação e sensibilização para as AC; é também meritório o forte investimento da CGD na eficiência energética, superior às empresas do seu sector. Contudo, o BES excede a CGD ao nível dos compromissos para a redução de emissões de GEE, com uma política já delineada e aprovada nesta matéria.

As duas empresas do sector das Telecomunicações no top10 são a Vodafone Portugal e Portugal Telecom, que alcançam em *ex aequo* o 7.º lugar. A Vodafone Portugal suplanta a Portugal Telecom ao nível do Cap. B, pela utilização de uma metodologia mais sofisticada e sistemática na lógica de alcance dos objectivos ambientais e climáticos impostos na empresa. Ao nível do Cap. C, a Portugal Telecom é mais forte, reportando aos *stakeholders* mais indicadores associados a emissões e AC.

A LIPOR é uma empresa que desenvolve uma forte política de responsabilidade social, tendo nos últimos anos reforçado o seu enfoque na temática das AC. O 5.º lugar que atinge no ACGE 2010, é uma demonstração do crescente empenho desta empresa na assumpção do seu papel no combate às AC.

A Carris (10.º lugar) e a Brisa (7.º lugar) são ambas líderes nos seus sectores: Transportes, no caso da Carris, e Gestão de

Infra-estruturas de Transportes no caso da Brisa.
De entre os 14 sectores empresariais que o Índice abrange em 2010, 7 estão representados no top10. Não existe portanto dominância de um sector sobre os lugares cimeiros do Índice, com excepção para o Sector Financeiro e das Telecomunicações, cada qual com duas empresas no top10. Das empresas englobadas no top10, é importante referir que uma maioria é constituída por empresas de capitais públicos ou que, historicamente, estiveram ligadas ao estado.

6.4

ANÁLISE SECTORIAL

SECTOR	MÉDIA SECTORIAL
Agro-indústria	52,5%
Celulose e Papel	57,5%
Comércio	23,1%
Construção	30,3%
Distribuição Alimentar	41,7%
Energia	59,0%
Financeiro	52,5%
Imobiliário	50,0%
Imobiliário - Mediação	3,8%
Minerais	58,8%
Resíduos	58,8%
Telecomunicações	50,0%
Transportes	40,4%
Transportes – Gestão de Infraestruturas	46,7%

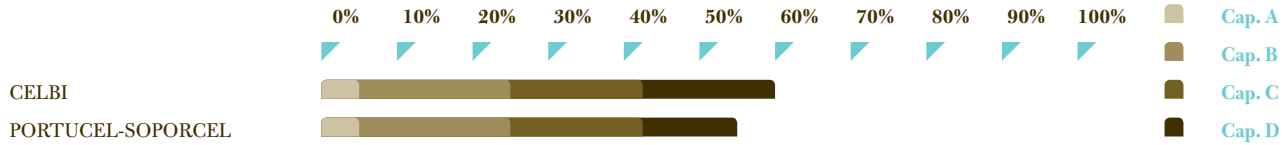
Tabela 6.4.1
Médias sectoriais

Apesar das restrições ao nível do n.º de empresas por sector, estas são as empresas mais representativas na sua área do ponto de vista económico, sendo então útil analisar o comportamento à escala do sector. Das pontuações retiradas da tabela 6.4.1, é visível que não existe distintamente um sector líder ao nível da responsabilidade climática, com vários sectores a atingir médias superiores a 50%. Retira-se também que alguns sectores têm médias significativamente inferiores aos restantes e à média global (44,7%); são eles os sectores da *Construção*, *Comércio* e *Imobiliário – Mediação*.

Agro-Indústria

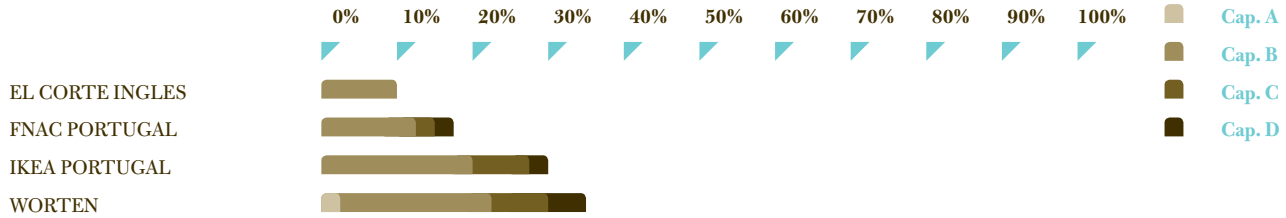
Das 3 empresas seleccionadas, duas recusaram ser analisadas pelo Índice, não permitindo uma análise comparativa dentro do sector. A Nestlé Portugal alcança uma pontuação equilibrada entre as 4 áreas avaliadas; destacando-se entre as boas práticas os objectivos climáticos para a frota.

Celulose e Papel



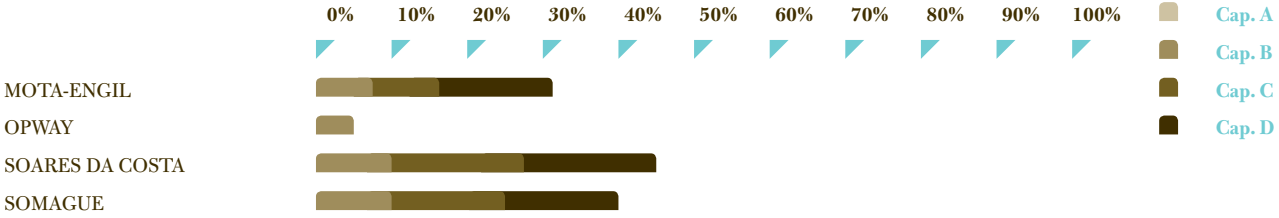
As empresas avaliadas neste sector alcançam ambas bons resultados. São empresas que direccionam grandes investimentos para aumentar a racionalidade energética e operacional do seu *core business*. A maior discrepância entre as duas resulta da abordagem mais abrangente e detalhada da CELBI ao seu inventário de emissões; pelo contrário a Portucel – Soporcel restringe o âmbito do seu inventário às imposições legais.

Comércio



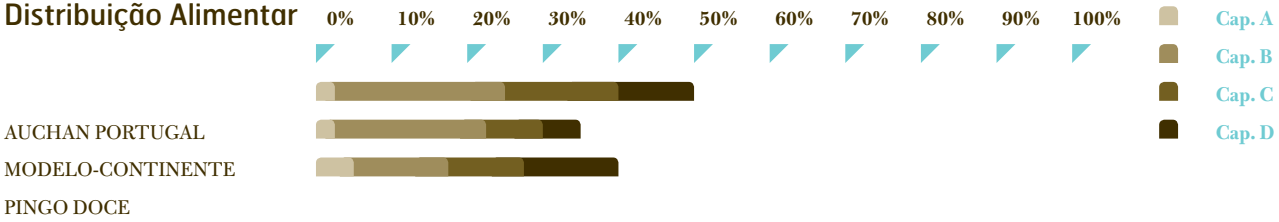
Das empresas seleccionadas pela sua dimensão para representar este sector, apenas uma é iminentemente portuguesa, a Worten. Contudo, toda a amostra foi penalizada pela falta de informação pública disponível referente às suas actividades em Portugal. A Worten pelo lançamento tardio de documentos relativos a 2009, e as restantes porque não possuem canais de comunicação específicos em Portugal e não utilizam uma escala nacional para comunicar a actividade e política das filiais do grupo internacional.

Construção



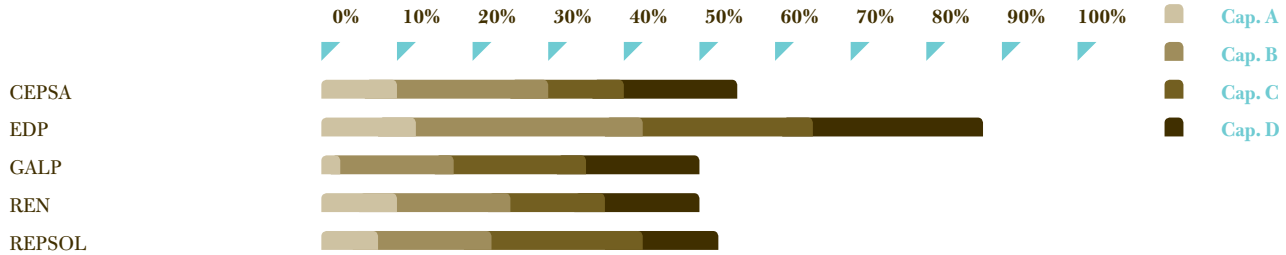
Entre as três empresas melhor classificadas no ranking deste sector, apenas a Soares da Costa estabelece objectivos para a redução de emissões de GEE. Neste sector, mesmo considerando as 2 empresas melhor posicionadas, o Cap. A, é aquele em que as empresas apresentan mais dificuldade de cumprimento. Neste sentido destacamos, por exemplo, o aparente distanciamento dos Conselhos de Administração na discussão pública do tema das alterações climáticas. No Cap. C, tanto a Somague como a Soares da Costa apresentam um bom desempenho. A OPWAY dá os primeiros passos no reporte das suas práticas de sustentabilidade, e foi penalizada pela falta de informação pública disponível referente a 2009.

Distribuição Alimentar



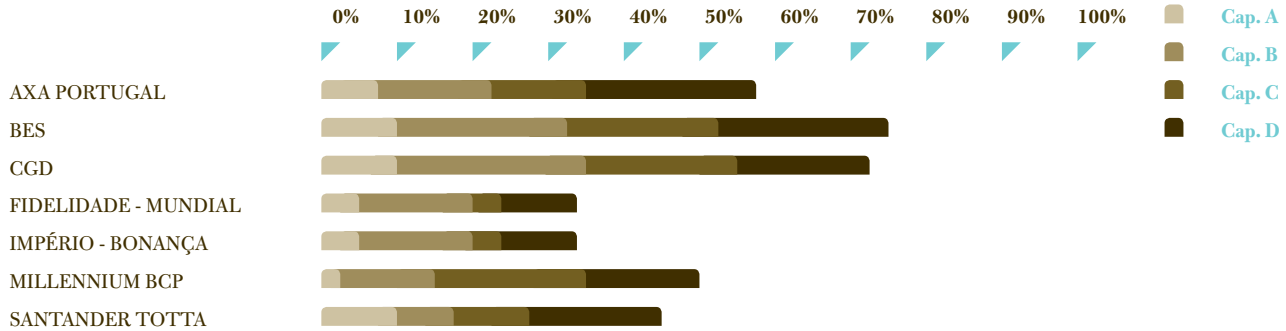
No sector da distribuição alimentar, a Auchan Portugal obtém a melhor pontuação, destacando-se no Cap. B e Cap.C. Neste sector nenhuma das empresas apresenta objectivos usando como referencial a redução de emissões de CO_2e. Em dois dos casos, os objectivos quantificados dizem respeito ao consumo de energia eléctrica. E no caso da Jerónimo Martins, é declarado o objectivo climático de efectuar a pegada carbónica a um conjunto de fornecedores da empresa. Um aspecto positivo transversal a este sector é a atenção na substituição dos gases refrigerantes com maior potencial de efeito de estufa nos aparelhos de frio.

Energia



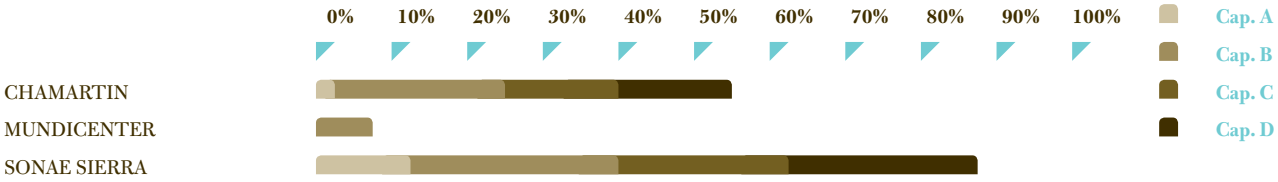
Todas as empresas do sector da energia apresentam pontuações acima da fasquia dos 40%. A EDP é o líder do sector com um diferencial para o 2.º lugar, a CEPSA, que pode ser considerado significativo. As restantes empresas - REN, Repsol e Galp Energia - diferenciam-se das primeiras classificadas essencialmente por não possuírem uma política estruturada de objectivos climáticos, para as operações em Portugal.

Financeiro



No sector financeiro 5 empresas alcançam pontuações superiores à média global; apenas a Fidelidade-Mundial e a Império-Bonança ficam aquém desta referência, muito embora tenham visto a sua pontuação subir notoriamente entre as edições de 2009 e 2010. O BES e a CGD apresentam os melhores resultados, seguidos da AXA Portugal; que se distancia e diferencia do Millennium BCP e Santander Totta, essencialmente pela sua política mais assertiva na delineação de objectivos climáticos.

Imobiliário

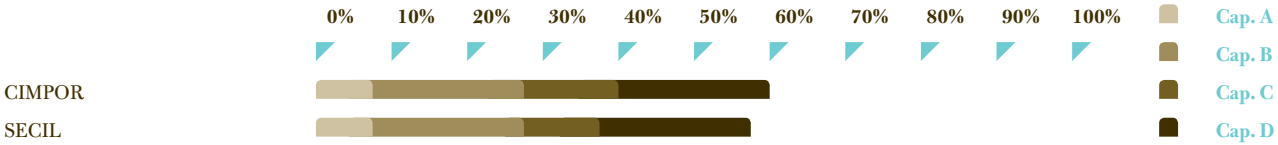


Entre os 3 participantes deste sector, merece destaque a Sonae Sierra, com uma longa e consistente política de responsabilidade corporativa ao nível das AC. Também a Chamartín Imobiliária demonstra um elevado grau de preocupação com o tema; mas não possui mecanismos de monitorização de indicadores climáticos, e de previsão dos impactes materiais associados, com o mesmo grau de sofisticação da Sonae Sierra. No espectro oposto está a Mundicenter, que não possui ferramentas de reporte das suas práticas ao nível da responsabilidade social e não possui informação pública sobre a sua posição e acções perante as AC.

Imobiliário - Mediação

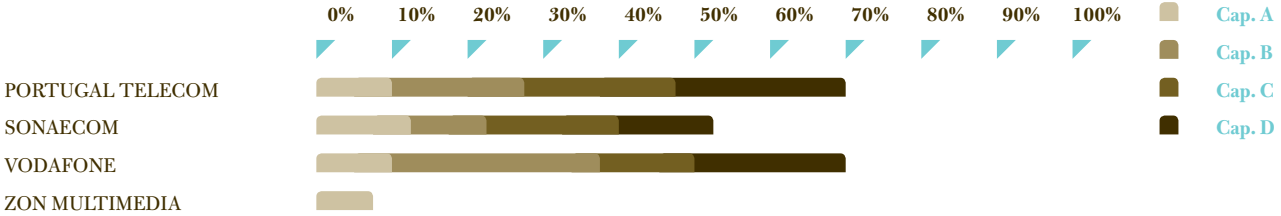
As empresas deste sector, ERA Portugal e REMAX Portugal, não possuem uma estratégia multidimensional de responsabilidade corporativa, logo não existem responsabilidades instituídas ou trabalho desenvolvido de forma metódica em torno da problemática da energia e AC.

Minerais



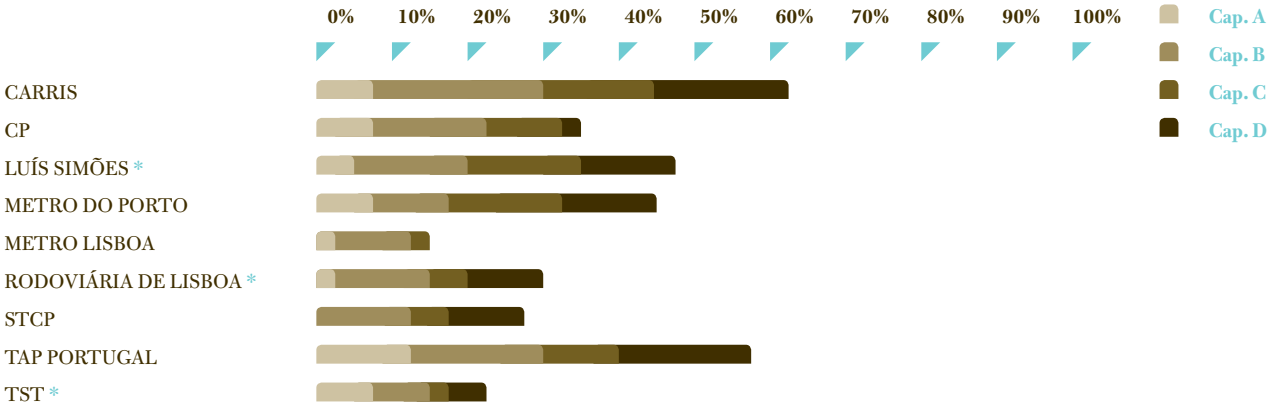
As duas empresas deste sector têm desempenhos muito semelhantes, com investimentos fortes ao nível da eficiência da actividade no seu *core business*. O impacte material da sua actividade tem motivado estas empresas a participarem em importantes iniciativas voluntárias, como o *Cement Sustainability Initiative*.

Telecomunicações



Este sector compreende empresas com abordagens díspares no combate às AC. A Vodafone Portugal e Portugal Telecom há vários anos estão sensibilizadas e investidas em trabalhar este tema; também a Sonaecom está desde um longo período a monitorizar a sua pegada carbónica, muito embora uma política integrada para as AC, e com objectivos de redução incorporados, ainda se encontre a ser formulada. A ZON Multimédia alcança uma pontuação incipiente, encontrando-se afastada deste tema e da divulgação pública do trabalho que desenvolve na área da sustentabilidade.

Transportes

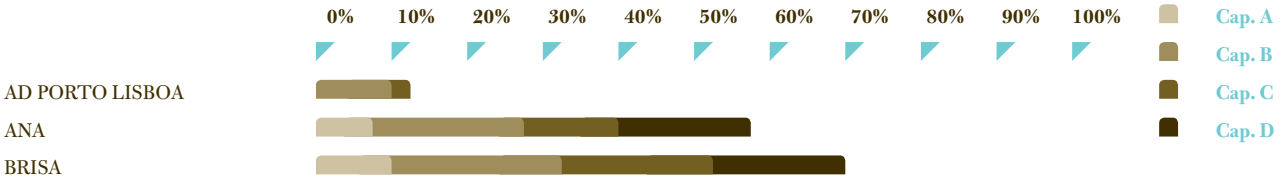


Particpante Voluntário

O sector dos transportes soma um total de 9 empresas, contabilizando 3 participantes voluntários. O grupo apresenta um comportamento muito diversificado; na liderança das boas práticas climáticas encontramos a Carris e a TAP Portugal. A Carris distingue-se pela boa integração do tema nas suas práticas de gestão, possuindo, por exemplo, mecanismos de incentivo aos trabalhadores pelo seu desempenho ambiental e um cuidado crescente com as suas infra-estruturas, e o seu *retrofitting* energético. A TAP apresenta um desempenho mais forte ao nível administrativo

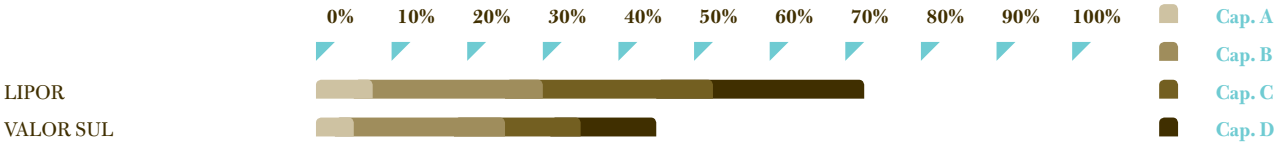
e da supervisão do tema, com uma administração empenhada em comunicar as acções que a empresa leva a cabo dentro desta área. A Luís Simões e o Metro do Porto são dois casos de fortes evoluções no Índice ACGE nos dois últimos anos, ao contrário da STCP que se encontrava sensivelmente no mesmo estágio de desenvolvimento, mas que não progrediu. A CP e o Metro de Lisboa, embora ambas com boas práticas, têm em comum o facto de terem sido penalizadas pela falta de informação climática e pública referente a 2009, muito embora a CP em 2009 se diferencie, por exemplo, pela actuação na esfera pública com a participação do seu Conselho de Administração em eventos como a cimeira do clima de Copenhaga. Os TST e a Rodoviária de Lisboa demonstram um esforço aplicado à eficiência operacional da frota; seriam beneficiados pela adopção de uma abordagem mais estruturada e abrangente, e de ferramentas mais eficazes de reporte aos *stakeholders*.

Transportes - Gestão de Infra-estruturas



A Brisa e a ANA apresentam boas performances, sendo empresas com desempenhos equilibrados nos 4 capítulos de avaliação. A Administração do Porto de Lisboa, embora desenvolva, por exemplo, inventariação de emissões de GEE, sai penalizada pelo lançamento tardio de documentos e relatórios alusivos às actividades de 2009.

Resíduos



Entre as 3 empresas seleccionadas para a amostra, uma delas recusou participar no estudo. As restantes, Lipor e Valorsul, alcançaram boas classificações, estando a Lipor num estádio mais evoluído de desenvolvimento do tema AC; com um inventário mais detalhado e profundo, e metas para um universo de emissões mais abrangente.

7

ANÁLISE CRITÉRIOS CHAVE

7.1

CAPÍTULO A

Durante o ACGE 2010, apenas 20,8% das empresas consegue formalizar a existência de um grupo responsável pelo tratamento da temática das alterações climáticas. Este resultado deve ser considerado pouco positivo e deverá merecer a atenção das empresas, uma vez que o seu cumprimento é, considerando o universo de empresas avaliadas pelo ACGE, elementar.

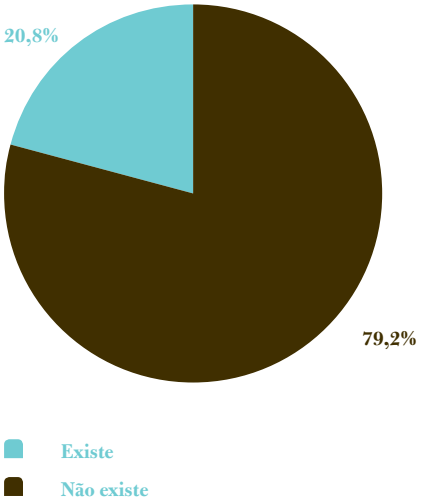


Gráfico 7.1.1
Existência de departamento/divisão/comité responsável por alterações climáticas e/ou eficiência energética

A existência de um grupo com responsabilidades sobre o tema das alterações climáticas representa, por si só, um vínculo ao tema por parte das empresas. Segundo a Euronatura, as empresas cujo tratamento do tema das alterações climáticas é realizado de forma centralizada e através de um grupo de especialistas, deverá permitir que seja comunicado e desenvolvido de forma mais cuidada e responsável.
A formalização e divulgação da existência de uma departamento responsável pelo tratamento do tema alterações climáticas ou/e eficiência energética também permite aos vários *stakeholders*, e também entidades dentro da própria empresa, estabelecer uma aproximação rápida e eficaz, identificando responsáveis e agilizando processos.
Das edições anteriores do ACGE para a actual edição

o nível de exigência associado a esta questão aumentou significativamente, sendo que no actual contexto não foi considerado relevante a existência de departamentos cuja responsabilidade estivesse relacionada com as definições genéricas de "ambiente" ou "sustentabilidade". A Euronatura considera que as empresas podem associar as AC às temáticas de ambiente e sustentabilidade, nas suas múltiplas valências, ou a aspectos exclusivamente económicos. Assim, foram valorizadas a transparência, clareza e formalização de responsabilidades do tema pela empresa.

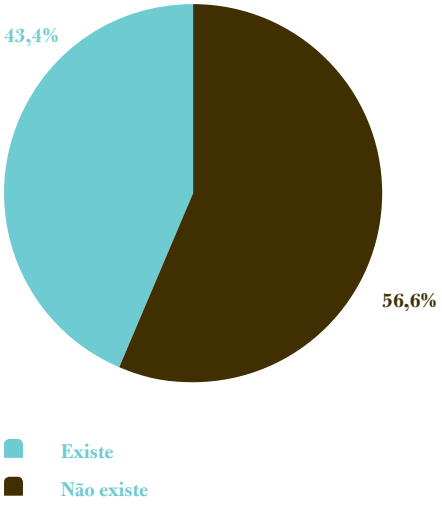


Gráfico 7.1.2
Existência de responsáveis da administração/ direcção com participações públicas sobre alterações climáticas

Durante o ACGE 2010, o comportamento das empresas neste critério denuncia a existência de um número expressivo de empresas, 43,4%, cuja administração e/ou direcção participa assertivamente na concretização do binómio alterações climáticas - empresa.
As alterações climáticas, enquanto tema relevante na comunicação pública, deverão fazer parte das exposições mediáticas da empresa. As orientações estratégicas da empresa são comunicadas através de documentos de acções mas também podem ser veiculadas em eventos públicos, em entrevistas ou declarações de características diversas. Desta forma a empresa reforça a mensagem, promove a discussão pública e poderá focar a sua atenção em públicos específicos, transmitindo as suas preocupações de forma assertiva.

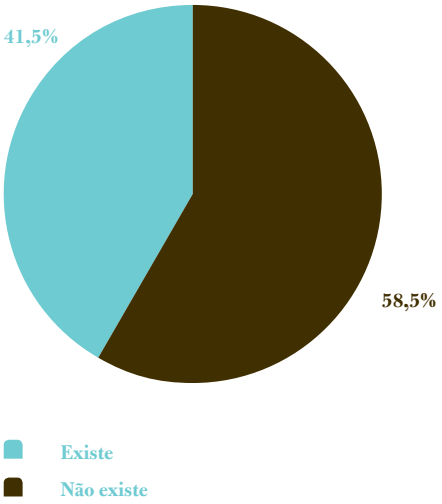


Gráfico 7.1.3
Existência de informação sobre AC para accionistas e investidores

Das empresas analisadas, 41,5% produz informação específica para investidores e accionistas. A Euronatura considera que este resultado representa a enunciação

de que a exposição das empresas às futuras alterações regulamentares ligadas a alterações climáticas, às necessidades de redução de emissões de carbono, pressão mediática e, objectivamente, aos impactes sobre o património da empresa, são relevantes na realização de investimentos. Neste sentido devem desenvolver informação específica, indo ao encontro das necessidades de informação de cada tipo de público. Os investidores e accionistas são, sem dúvida, um público que apresenta necessidades de informação sobre alterações climáticas diferente dos demais. Neste contexto, torna-se relevante que exista a informação específica para um *stakeholder* que tem um papel preponderante na definição de decisões estruturantes da empresa.

7.2
CAPÍTULO B

Um número significativo de empresas não conseguem ainda determinar e quantificar objectivos, 32,1%, outras, apesar de o fazerem, não sentem necessidade de divulgar e de tornar públicos os seus objectivos, cerca de 11,3%. No entanto, mais de metade das empresas avaliadas, 56,6%, realizam este exercício de definição concreta de objectivos quantificados e conectados com a emissão de GEE. No capítulo B do presente estudo, foi pedido às empresas que concretizassem as suas preocupações climáticas através da definição de objectivos quantificados e associados aos conceitos de ambiente e sustentabilidade, e que pudessem estar directamente relacionados com as emissões de GEE ou alterações climáticas. A definição de objectivos quantificados permite à empresa quantificar o seu esforço e vínculo quanto aos novos desafios de redução de carbono e compará-los com os das suas congéneres.

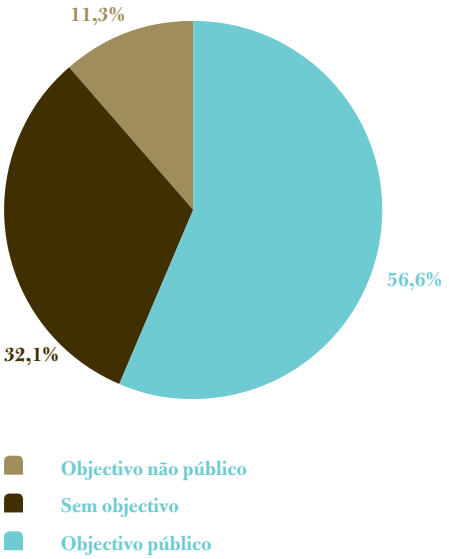


Gráfico 7.2.1
Transparência dos objectivos climáticos das empresas

O critério de caracterização e quantificação de objectivos é bastante alargado, ou seja, a simples quantificação de qualquer meta ligada a alterações climáticas, permite o preenchimento deste critério. Neste contexto os resultados obtidos podem ser considerados moderadamente positivos, uma vez que a amostra ACGE inclui as empresas que detêm maior responsabilidade nas emissões nacionais de GEE

e considerando a definição de objectivos um instrumento básico no combate às alterações climáticas. A enunciação de processos de intenções e objectivos genéricos devem ser considerados como importantes do ponto de vista estratégico, no entanto, só assumindo metas concretas e quantificadas se poderá construir um caminho consolidado, sério e corajoso.

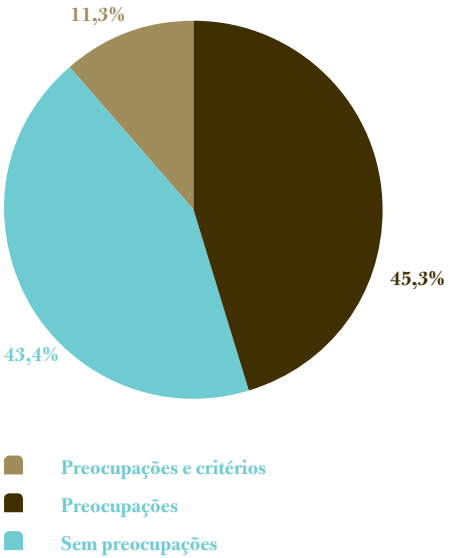


Gráfico 7.2.2
Existência de critérios climáticos na gestão de fornecedores e na aquisição de produtos ou serviços

No que diz respeito à existência de preocupações e/ou critérios na gestão das compras e de fornecedores, mais de metade (45,3% assume preocupações a este nível e 11,3% já conseguem definir critérios) considera que se trata de matéria importante para a definição da política de clima. De fora do grupo de empresas que considera que a política de clima não pode estar desagregada da política de fornecedores, estão ainda 43,4% das empresas avaliadas. As empresas manifestaram dificuldades em preencher o critério que pressupõe a existência de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Relativamente a esta questão são poucas as empresas que conseguem demonstrar formalmente a existência de critérios climáticos na seriação dos seus fornecedores e nas suas compras. Neste âmbito, os resultados não podem ser considerados positivos uma vez que a existência de preocupações que não estejam formalizadas poderá levar à não implementação dos necessários mecanismos que levem à promoção de produtos e serviços mais eficientes, com uma pegada carbónica minimizada e, portanto expondo a empresa contratante a um maior risco climático.

7.3
CAPÍTULO C

O Relatório de Sustentabilidade tomou-se um instrumento de comunicação utilizado por grande parte das empresas que participa no ACGE, sendo que esta utilização ocorre, em muito casos, já há alguns anos. Das empresas sujeitas à avaliação neste estudo, cerca de 3/4, publicou Relatório de Sustentabilidade relativo ao exercício de 2009. A elaboração de Relatório de Sustentabilidade é uma prática crescentemente utilizada e que promove a existência de dados consolidados sobre a empresa e nos campos considerados materiais.

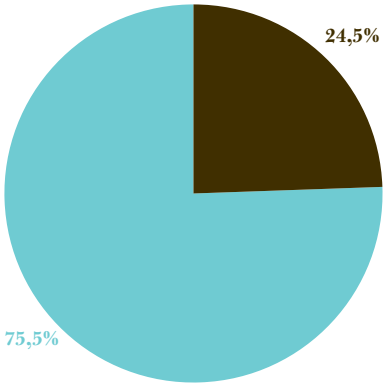


Gráfico 7.3.1
Publicação de Relatório de Sustentabilidade 2009

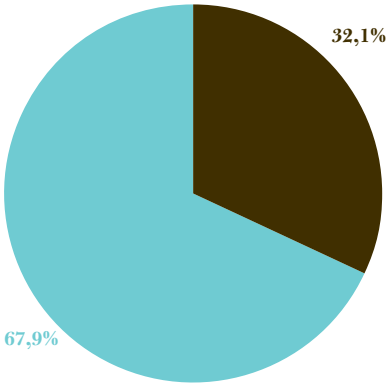


Gráfico 7.3.2.a
Existência de publicações relacionadas com AC

A Euronatura, tal como as empresas, considera o RS um instrumento de comunicação essencial, que apresenta múltiplas funções e é dirigido a diversos públicos. Os resultados das empresas neste critério, bem como as tendências de promoção de relatórios mais "amigos do utilizador", através da diminuição do volume de informação associado ao aumento da qualidade desta, são dignas de realce positivo.

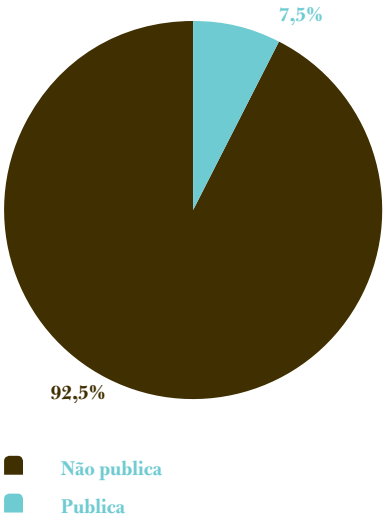


Gráfico 7.3.2.b
Existência de publicações relacionadas com AC e com qualidade distintiva.

As empresas consideram também relevante publicar informação relacionada com alterações climáticas através de outros canais, que não o Relatório de Sustentabilidade, sendo que 67,9% o fez durante o ano de 2009. Estas publicações assumem diversos formatos, não se restringindo ao formato "relatório", sendo que a grande maioria está associada à promoção das políticas/estratégias/medidas de clima na empresa. A qualidade das publicações não permite, em 92,5% das empresas, que mereçam diferenciação positiva das demais.

7.4
CAPÍTULO D

No que diz respeito à inventariação de GEE, fica patente que à medida que o âmbito se afasta do núcleo de acção directa das empresas o interesse em inventariar vai diminuindo. Assim, quando consideramos a inventariação de GEE do âmbito 1, verificamos que 58,5% das empresas os inventaria de forma obrigatória ou voluntária. Quando consideramos o âmbito 2 as empresas consideram que a responsabilidade e necessidade de *report* diminui, apenas 49,1% das empresas inventaria os GEE da sua responsabilidade e incluídos no âmbito 2.

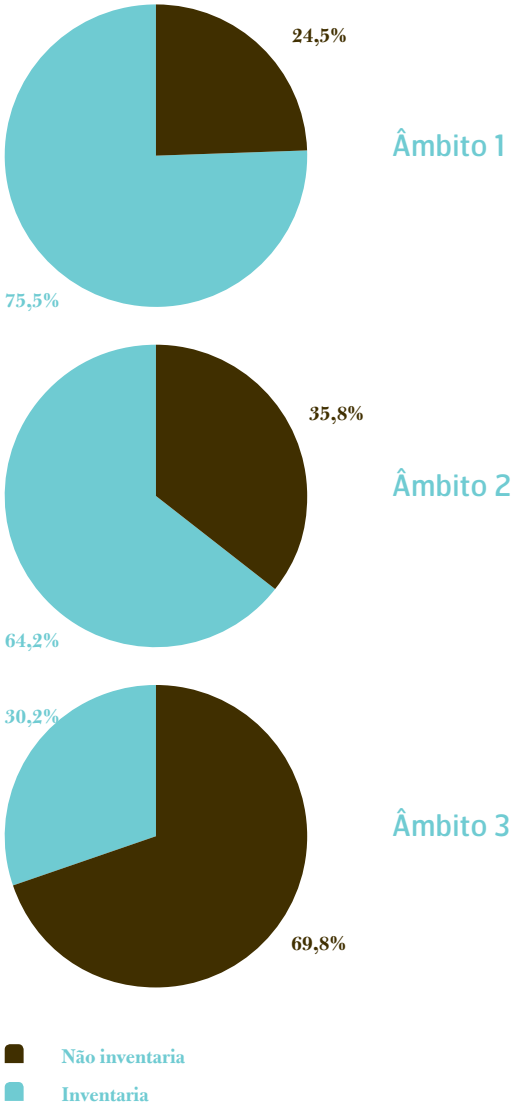


Gráfico 7.4.1.a/b/c
Inventariação de GEE segundo o âmbito 1,2 e 3 do GHGProtocol

A diferença entre o número de empresas que inventaria os GEE de âmbito 1 e 2 não é muito significativa; o mesmo não acontece quando analisamos os resultados associados à inventariação de âmbito 3; neste caso, apenas 30,2% das empresas inventaria os GEE e, em praticamente todos os casos, a fracção de gases inventariados resume-se a viagens de colaboradores. Neste contexto importa referir que o volume de GEE que é efectivamente inventariado é, em todos os âmbitos, uma parte daquilo que parecem ser as responsabilidades totais das empresas. Para um número muito significativo de casos existem no inventário exclusões que, segundo a Euronatura, deveriam ser reportadas pela empresa.
A avaliação da qualidade e a profundidade da inventariação de GEE são importantes quando avaliamos o comportamento "climático " das empresas, este está transposto para o ACGE através deste e de outros critérios.

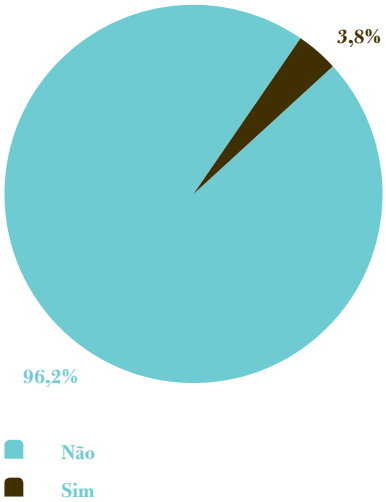


Gráfico 7.4.2.a
Objectivo global e absoluto para redução de GEE

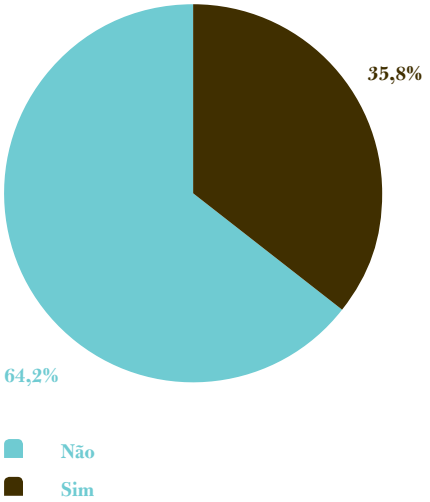


Gráfico 7.4.2.b
Objectivos absolutos/relativos para redução de GEE, por sector ou área de actividade

Associado a este contexto, verificamos que, na definição de objectivos, apenas 3,8% das empresas concretiza metas de emissões de forma absoluta. As demais empresas, mesmo quando realizam um inventário exaustivo, assumem objectivos relativos, assumindo unidades de redução que, sendo justas na escala de trabalho, podem não implicar reduções efectivas. Por outro lado, a Euronatura considera que a definição de um objectivo absoluto deve definir e quantificar as orientações estratégicas a longo prazo. Ambas as

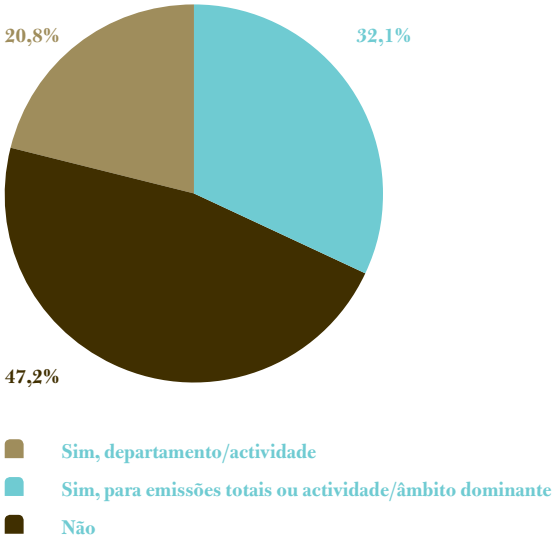


Gráfico 7.4.3
Ocorrência de reduções nas emissões de GEE e sua abrangência

tipologias de objectivos têm fragilidades: os objectivos absolutos de redução de emissões, fundamentais por permitirem um efectivo combate às AC, podem ser alcançados com transferências de emissões para fora da empresa por uma acção de *outsourcing;* o objectivo relativo que, contemplando a lógica de crescimento, não porá termo ao aumento do efeito de estufa, caso a taxa de crescimento económico suplante a taxa de crescimento de eficiência carbónica.

A não definição de objectivos de emissões não significa, segundo os dados do ACGE 2010, que as empresas não consigam efectivamente diminuir as mesmas, como é possível inferir pela comparação entre os gráficos 7.4.2 e 7.4.3. Quando analisamos a gráfico 7.4.3 verificamos que mais de metade das empresas da amostra ACGE 2010 consegue diminuir as emissões totais ou parciais da empresa.

8

OBJECTIVOS CLIMÁTICOS DAS EMPRESAS

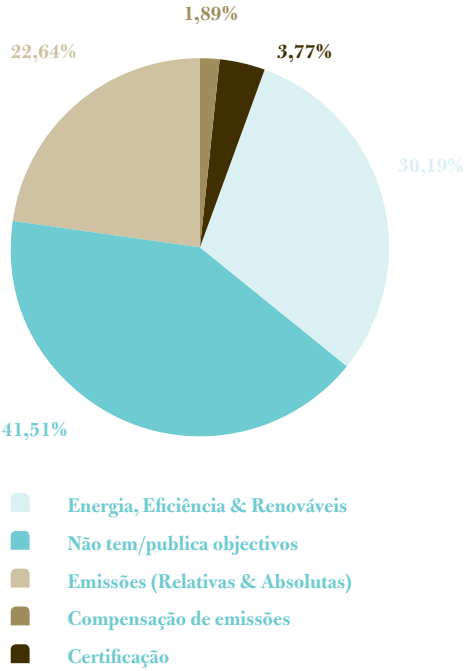
O Índice ACGE valoriza a existência de objectivos ambientais definidos de forma quantitativa. A definição de objectivos, segundo os critérios do ACGE, permite aferir os vínculos assumidos pelas empresas no que respeita a opções estratégicas e a reais preocupações com as alterações climáticas, com a sua pegada carbónica e, genericamente, com a eficiência na utilização de recursos. Na edição ACGE 2010, foi possível organizar as empresas em cinco grupos, que diferem na forma como definem objectivos climáticos.

Pelo gráfico 8.1, verificamos que 41,51% da amostra de empresas não transparece uma gestão suficientemente madura, que permita a definição de objectivos. Para além dos obstáculos técnicos e de gestão, este número é agravado pela dificuldade e relutância com que os órgãos administrativos assumem um vector estratégico para a área das AC.

A maioria das empresas, 58,49%, manifesta vínculos quantitativos que definem objectivos mensuráveis, muito embora alguns possuam uma abrangência limitada, a nível do total de emissões ou consumos energéticos da empresa. No topo das preocupações com alterações climáticas, está o grupo de empresas que consegue, de forma objectiva, entrosar a sua política e comportamento a um vínculo associado a emissões de GEE. Assumindo a amostra para o ACGE 2010, cerca de ¼ das empresas estudadas, assume um ou mais objectivos de emissões de forma absoluta ou relativa no seu espaço de actuação. Este último resultado é um indício positivo de que um número significativo de empresas assume a sua parte de responsabilidade nas emissões nacionais de gases com efeito de estufa.

Do grupo de empresas que define objectivos, cerca de 1/3 assume objectivos relacionados com as suas componentes energéticas, como são os consumos de electricidade e combustível. A definição deste tipo de objectivos é uma condição positiva e o Índice ACGE valoriza-o. No entanto é importante considerar que, na maior parte dos casos, as empresas deste grupo ainda não atingiu a maturidade necessária para a definição metas de redução de emissões.

A definição de objectivos de redução de emissões de GEE é considerada, pela Euronatura, um comportamento de gestão alinhado com uma efectiva diminuição das



emissões da empresa. Estes objectivos ou metas estão, inevitavelmente, relacionados com cenários económicos, com a actividade e com o contexto particular da empresa, no entanto devem ser reduzidos a emissões absolutas e reais. Este argumento não obriga à desvalorização da definição de objectivos associados ao consumo de energia, eléctrica por exemplo, ou de objectivos articulados com a actividade, como são as emissões por colaborador, cliente ou produto processado.

Existem ainda empresas que apenas definem objectivos de certificação e de compensação, facto que, sendo valorizado pelo Índice ACGE, perde relevância quando descontextualizado da problemática das alterações climáticas ou da associação a outro tipo de metas e objectivos.

Gráfico 8.1
Tipologias de objectivos climáticos na amostra ACGE 2010

O gráfico 8.2 ilustra os objectivos públicos e não públicos para a redução de energia ou emissões de cada empresa. A cada objectivo podemos ver associada a sua natureza, relativa e absoluta, o horizonte temporal proposto e a percentagem de redução proposta. A grande maioria dos objectivos é relativa e a curto prazo, tendo os dados de referência uma concentração em 2008. Os objectivos menos ambiciosos estão na maioria das vezes associados a planos de eficiência energética anuais ou a metas do SGA.

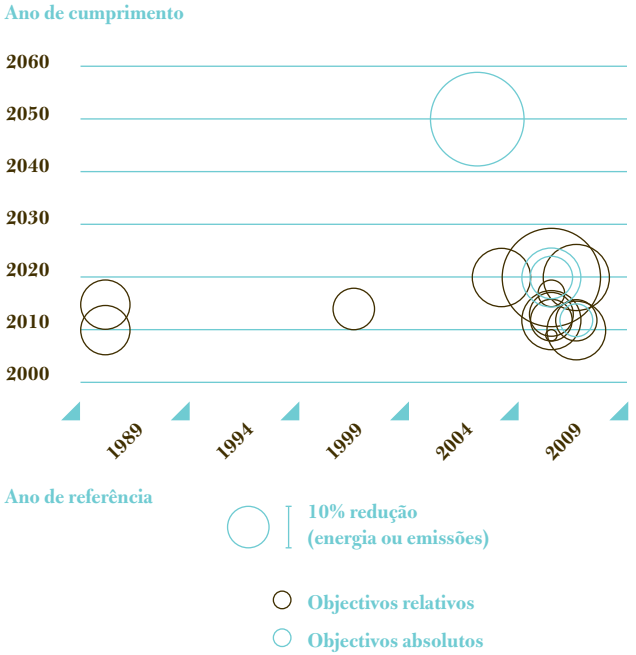


Gráfico 8.2
Características dos objectivos de energia e emissões na amostra ACGE 2010

O gráfico 8.3 é uma aproximação da taxa de esforço que o conjunto de empresas, que possui objectivos associados a CO2e, terá de se submeter para atingir o seu compromisso. Uma das aproximações realizadas no cálculo é de que este é realizado tendo em conta as emissões totais inventariadas em 2009, não no ano de referência. Foi calculada a percentagem de emissões do total do inventário de 2009 que terá de diminuir anualmente, de 2009 até ao ano de cumprimento, para a meta da empresa ser alcançada. A maioria das taxas de esforço ronda o valor de 1% por ano de redução de emissões.

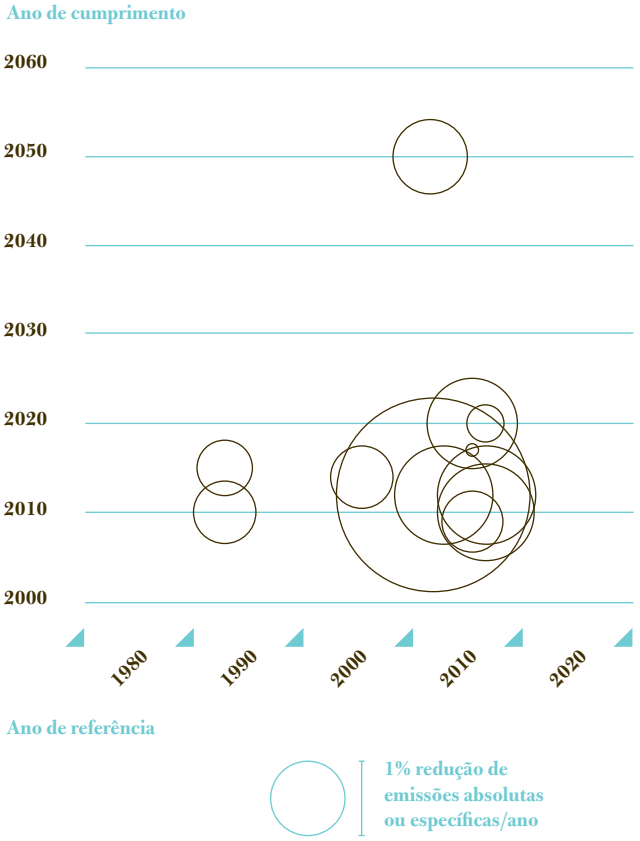


Gráfico 8.3
Taxa de esforço anual para cumprimento dos objectivos de emissões

9

EVOLUÇÕES

9.1

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS: ACGE 2005 > ACGE 2010

Tabela 9.1
Histórico de desempenho das empresas da amostra ACGE 2010 (em percentagem)

EMPRESA	ACGE 2005	ACGE SECT 2006	ACGE 2007	ACGE SECT 2009	ACGE 2010
CTT	62,5	65,5	83,3	91,9	87,5
EDP	91,7	-	80,0	89,2	87,5
SONAE SIERRA	94,4	82,8	86,7	91,9	87,5
BES	75,0	69,0	76,7	70,3	75,0
CGD	36,1	24,1	60,0	81,1	72,5
LIPOR	48,6	-	30,0	48,6	72,5
BRISA	-	-	-	45,9	70,0
PORTUGAL TELECOM	91,7	-	-	75,7	70,0

VODAFONE PORTUGAL	97,2	-	76,7	-	70,0
CARRIS	58,3	69,0	73,3	75,7	62,5
CELBI	84,7	-	35,7	-	60,0
CIMPOR	95,8	-	67,9	-	60,0
ANA	-	-	-	67,6	57,5
AXA PORTUGAL	11,1	3,4	53,3	62,2	57,5
SECIL	RECUSA	-	RECUSA	-	57,5
TAP PORTUGAL	69,4	51,7	66,7	59,5	57,5
CEPSA	-	-	78,6	59,5	55,0
CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA	-	-	83,3	-	55,0
PORTUCEL - SOPORCEL	88,9	-	60,7	-	55,0
NESTLÉ PORTUGAL	80,6	-	36,7	-	52,5
REPSOL	58,3	-	-	89,2	52,5
SONAECOM (2010) E NOVIS (2005)	77,8	-	-	-	52,5
AUCHAN PORTUGAL	-	-	-	-	50,0
GALP ENERGIA (06, 09, 2010) E PETROGAL (05 E 07)	86,1	69,0	64,3	67,6	50,0
MILLENNIUM BCP	72,2	51,7	53,3	43,2	50,0
REN	77,8	-	-	64,9	50,0
LUÍS SIMÕES	48,6	31,0	23,3	40,5	47,5
METRO DE LISBOA	51,4	13,8	40,0	62,2	15,0
SANTANDER TOTTA	-	44,6	50,0	45,9	45,0
SOARES DA COSTA	-	-	-	-	45,0
VALORSUL	73,6	-	33,3	51,4	45,0
PINGO DOCE	69,4	_	46,7	37,8	40,0
REVIGRÉS	47,2	-	<20	-	40,0
SOMAGUE	63,9	-	53,3	-	40,0
CP	41,7	27,6	<20,0	45,9	35,0
MODELO CONTINENTE	88,9	-	60	-	35,0
WORTEN	-	-	-	-	35,0
FIDELIDADE - MUNDIAL	-	-	-	<8	33,8
IMPÉRIO - BONANÇA	6,9	S/D	S/D	<8	33,8
MOTA - ENGIL	RECUSA	-	<20	-	31,3
IKEA PORTUGAL	-	-	-	-	30,0
RODOVIÁRIA DE LISBOA	-	-	-	-	30,0

STCP	26,4	27,6	<20,0	RECUSA	27,5
TST	-	24,1	-	18,9	22,5
FNAC PORTUGAL	-	-	-	-	17,5
METRO DO PORTO	26,4	37,9	26,7	45,9	45,0
ADM. PORTO DE LISBOA	-	-	-	-	12,5
EL CORTE INGLÉS	-	-	-	-	10,0
ERA PORTUGAL	-	-	-	-	7,5
MUNDICENTER	-	-	-	-	7,5
ZON MULTIMÉDIA	-	-	-	-	7,5
OPWAY	-	-	-	-	5,0
REMAX PORTUGAL	-	-	-	-	0
BP PORTUGAL	51,4	-	-	-	RECUSA
BPI	-	13,8	-	RECUSA	RECUSA
LACTOGAL	11,1	-	RECUSA	-	RECUSA
TEIXEIRA DUARTE	44,4	-	<20	-	RECUSA
UNICER	-	-	-	-	RECUSA
VALOR AMBIENTE	-	-	-	-	RECUSA

Existe consistência anual entre os resultados de 8 das 10 empresas melhor classificadas em 2010, com resultados elevados já em edições anteriores. É o caso dos **CTT**, **EDP**, **Sonae Sierra**, **BES**, **CGD**, **PT**, **Vodafone Portugal** e **Carris**. Existem duas excepções, a **Brisa** e **LIPOR**, que demonstraram progressões notáveis na sua performance entre o ano 2009 e 2010. Este grupo demonstrou capacidade de progressão e adaptação, conseguindo alcançar pontuações elevadas perante a análise do Índice ACGE, que todos os anos evolui num crescendo de exigência para com as empresas.
As grandes evoluções positivas até 2009 manifestam-se nos casos da **AXA Portugal**, **CP, Metro do Porto**, **Luís Simões e Valorsul;** resultado de aprofundamento, reporte e formalização de preocupações ao nível das AC. Além destas evoluções, é de mencionar a progressão em 2010 da **Nestlé Portugal**, e também da **Celbi**, que dilatou de forma notória as emissões de GEE inventariadas.
Entre a amostra de 2010 do Índice, 14 empresas foram analisadas este ano pela 1.ª vez. Deste grupo, 2 recusaram participar, e 5 empresas denotam um nível inferior de desenvolvimento do tema AC; caso da **ZON Multimédia**, **REMAX Portugal**, **ERA Portugal**, **OPWAY** e **Mundicenter**. No entanto para duas empresas, o facto de ser a primeira participação não conduziu à obtenção de resultados negativos, foram os casos da **Auchan Portugal** e da **Sonaecom** (tinha participado apenas em 2005 enquanto Novis).
A **REPSOL** alcança na edição ACGE 2010 uma pontuação inferior à alcançada no ano anterior. Esta

descida acentuada, deve-se ao facto de esta empresa ter sido avaliada num contexto ibérico durante o ACGE sectorial 2009, sendo que durante o ACGE 2010 a avaliação está restringida à actividade em Portugal. Quebras absolutas nas pontuações das empresas surgem, na sua grande maioria, como resultado de um nível de investimento da empresa constante no tema das AC, mas agora cotado por uma matriz de avaliação mais exigente.

9.2

EVOLUÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: ACGE SECT. 2009 > ACGE 2010

O Índice ACGE, em cada edição, aperfeiçoa a sua metodologia; tendencialmente busca incluir e ponderar em análise uma maior quantidade de dados, elevando o grau de exigência na avaliação que desenvolve. Entre a edição do ACGE Sectorial 2009 e ACGE 2010, houve um aumento de 4 pontos entre os critérios pontuáveis do Cap. D; estes 4 pontos destinaram-se a valorizar uma política estruturada de planeamento e cumprimento de objectivos de redução de emissões. Representa assim um peso de 10%, do total de pontos atribuíveis pelo Índice, numa área desenvolvida ainda por uma minoria de empresas.

A actualização dos critérios do ACGE tem sido conduzida com base no objectivo de que as empresas devem aperfeiçoar as suas práticas e de que o paradigma no que toca à responsabilidade corporativa será cada vez mais exigente. O ACGE, promotor desse paradigma, buscará evoluir proporcionalmente, tentando colocar a fasquia acima do que é o "estado da arte", mas sem se tornar irrealista: as alterações anuais associadas às pontuações são sempre feitas mantendo a exequibilidade de comparações de desempenho entre edições do Índice.

10

CONCLUSÕES

A edição do ACGE 2010, demonstra que o conjunto das empresas líderes em performance climática continua a manter-se coeso, embora surjam este ano algumas empresas que chegam pela 1.ª vez a este grupo; prova que o agregado empresarial nacional não estagnou nesta matéria e que há cada vez mais empresas com a ambição de se tornarem *major players* neste tema. As ascensões significativas de pontuação em pouco tempo são prova do investimento forte que está a ser canalizado pelas empresas para as AC. Estas tornaram-se um aspecto central na área da responsabilidade corporativa, não apenas pelo reconhecimento e escrutínio social da opinião pública, ONGs e comunicação social, mas também pelas *adaptações e custos* ou *oportunidades e proveitos* com que impactam as operações das empresas. O Índice ACGE 2010 faz um retrato de 14 sectores da economia, e entre estes sectores apenas uma minoria de empresas não possui ainda uma abordagem com alguma consistência neste tema. Quantitativamente, a média dos resultados do ranking global é similar à média de edições anteriores do Índice ACGE, e se tal for ponderado com o grau mais elevado de exigência com que as empresas estão a ser classificadas em 2010, a principal conclusão é o aumento da sensibilidade no interior das empresas portuguesas para o tema das AC.

As empresas analisadas no ACGE 2010, podem ser divididas em 4 grandes grupos, cada um deles inclui empresas num estágio similar de comportamento climático:

ESTÁGIO 1

A empresa tem uma estrutura interna que não contempla responsabilidades formalmente atribuídas ao nível da sustentabilidade corporativa. Carece de uma estratégia sistemática para este tema, embora possa desenvolver acções meritórias circunstanciais, usualmente interligadas com os custos económicos e operacionais da empresa.

ESTÁGIO 2

A empresa já assimilou no seu organigrama responsabilidades ao nível do Ambiente. Monitoriza indicadores climáticos, embora não os comunique aos *stakeholders*. Impõe objectivos a curto prazo e com abrangência limitada. Ferramentas de comunicação do tema AC, ou de responsabilidade social são imaturas.

ESTÁGIO 3

Existe um sistema sofisticado de monitorização de indicadores climáticos. São utilizadas ferramentas de reporte de sustentabilidade para o exterior e interior da empresa. Pode estar implementada uma política de objectivos climáticos, usualmente tendo como referencial consumos de energia/combustível.

ESTÁGIO 4

A empresa consegue estabelecer um plano estruturado e consistente de objectivos a longo prazo. Já domina a monitorização dos indicadores climáticos relevantes e faz um diagnóstico do custo -benefício dos investimentos aplicados em eficiência energética. Utiliza o CO2e como indicador preferencial para a política de objectivos. Preocupações e reporte de responsabilidades abrangem não só a actividade da empresa, mas trespassam para a cadeia de valor.

Analisando os resultados de uma forma global podemos verificar que durante a actual edição as empresas manifestaram maiores dificuldades em preencher os critérios associados à sua Estrutura Administrativa e à Supervisão das Questões Ambientais. Neste contexto, verificámos que as empresas continuam a resistir à necessidade de fomentar a inovação, para os temas associados a alterações climáticas, junto dos seus colaboradores. Por outro lado, foi possível verificar que existe ainda grande resistência em assumir e definir objectivos e metas de emissões absolutas/relativas e que considerem todo o universo de responsabilidade da empresa.

11

FICHAS DE EMPRESAS

ANA

Contacto
Marta Quaresma

Boas Práticas
. Projecto EcoANA – Gestão Voluntária de Carbono;
. Definição de um Plano Integrado de Eficiência Energética.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

APL – ADM. DO PORTO DE LISBOA

Contacto
Eduardo dos Santos

Boas Práticas
. Programa Compras Verdes.

AUCHAN PORTUGAL

Contacto
Alexandra Madeira

Boas Práticas
. Critérios ambientais para subcontratação de frota;
. Iniciativa "Energia para todos".

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

AXA PORTUGAL

Contacto
Luciana Silva

Boas Práticas
. Cumprimento de objectivos 2007-2009 para a redução de emissões de GEE;
. Programa de Fornecedores Ecovadis.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

BANCO BPI

Contacto
Pedro Nunes Ferreira / Filipa Roquette

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

BANCO ESPÍRITO SANTO

Contacto
Cláudia Arenga de Sousa

Boas Práticas
. Política de objectivos para redução de emissões;
. Participação em fundos de carbono.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

BANCO SANTANDER TOTTA

Contacto
Rui Miguel Santos

Boas Práticas
. Investimento em centrais de micro geração para balcões.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

BP PORTUGAL

Contacto
Jorge Dinis

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

BRISA

Contacto
Franco Caruso / João Tavares

Boas Práticas
. Integração do índice de eco-eficiência da Brisa na avaliação de colaboradores;
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Contactos
Paula Viegas / Isabel Barbosa

Boas Práticas
. Política para a certificação energética de edifícios;
. Definição de critérios climáticos na política de compras.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CARRIS – COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

Contactos
Vítor Gonçalves / Elvira Atalayão

Boas Práticas
. Programa "Buying Green";
. Incentivo a colaboradores pelo seu desempenho ambiental.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CELBI

Contacto
Sofia Jorge

Boas Práticas
. Comunicação interna sobre o tema das AC;
. Programa *Carbon Footprint*.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CEPSA

Contacto
Marisa Silva

Boas Práticas
. Investimento em eficiência energética;
. Certificações ISO 14001.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA

Contacto
António Carlos Almeida

Boas Práticas
. Certificações ISO 14001;
. Programa BREEAM (*Building Research Establishment Environmental Assessment Method*).

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CIMPOR

Contacto
Paulo Rocha

Boas Práticas
. Certificações ISO 14001;
. Programa *Cement Sustainability Initiative*.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CP – COMBOIOS DE PORTUGAL

Contacto
Paula Soares / Joana Fernandes

Boas Práticas
. Plano de optimização de consumo de energia pelo material circulante;
. Envolvimento do Conselho de Administração no debate público sobre AC.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL

Contacto
Luís Filipe Paulo

Aspectos positivos
. Investimento na eficiência energética da frota e edificado;
. Desempenho ambiental da empresa incorporado na compensação a colaboradores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

EDP

Contacto
António Neves de Carvalho / Luísa Almeida Serra

Boas Práticas
. Investimento na informação e sensibilização para as AC;
. Programa de reporte de sustentabilidade para fornecedores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

EL CORTE INGLÉS

Contacto
Marta Veras

ERA PORTUGAL

Contacto
Marta Almeida

Boas Práticas
. Iniciativa “Uma casa uma árvore”.

FIDELIDADE MUNDIAL

Contacto
M.ª Ana Fontoura / M.ª Filomena Pascoal

Boas Práticas
. Publicação do 1.º Relatório de Sustentabilidade.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

FNAC PORTUGAL

Contacto
Carlos Alves

GALP ENERGIA

Contacto
João Cancella Abreu

Boas Práticas
. Promoção e investigação em mobilidade sustentável

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

IKEA PORTUGAL

Contacto
Helena Gouveia
Boas Práticas
. Critérios climáticos na selecção de fornecedores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

IMPÉRIO BONANÇA

Contacto
M.ª Ana Fontoura / M.ª Filomena Pascoal
Boas Práticas
. Publicação do 1.º Relatório de Sustentabilidade

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

LACTOGAL

Contacto
Donzília Cantarinho
NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

LIPOR

Contactos
Rita Rebelo / Nuno Barros
Boas Práticas
. Existência de um Grupo de Trabalho Técnico e Interdisciplinar – Grupo Carbono Zero;
. Comunicação e sensibilização pública para o tema das AC.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

LUÍS SIMÕES

Contacto
Cláudia Simões
Boas Práticas
. Investimento na eficiência energética da frota;
. Projecto ECO Driving.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

METROPOLITANO DE LISBOA

Contactos
Sara Plácido

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

METRO DO PORTO

Contacto
Cristiane Reis

Boas Práticas
. Investimento e sensibilização para racionalidade energética.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

MILLENNIUM BCP

Contacto
Teresa Alves

Boas Práticas
. Política para diminuição de emissões de âmbito 3;
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

MODELO - CONTINENTE

Contacto
Vítor Lemos Martins

Boas Práticas
. Política para substituição de gases refrigerantes;
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

MOTA - ENGIL

Contacto
Francisco Van Zeller

Boas Práticas
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

MUNDICENTER

Contacto
Patrícia Almeida de Sousa

NESTLÉ

Contacto
Cláudia Afonso

Boas Práticas
. Objectivos climáticos quantificados para a renovação de frota;
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

OPWAY

Contacto
Rui David

PINGO DOCE

Contacto
Fernando Ventura

Boas Práticas
. Investimento em racionalidade energética;
. Intenção de determinar a pegada carbónica de fornecedores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

PORTUCEL – SOPORCEL

Contacto
Ana Nery / Sofia Almeida

Boas Práticas
. Certificações Ambientais;
. Grupo de trabalho *Carbon Footprint*.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

PORTUGAL TELECOM

Contacto
Isabel Maria Martinho

Boas Práticas
. Investimento em eficiência energética e energias renováveis.
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

REMAX PORTUGAL

Contacto
Catarina Mel

REN

Contacto
Leonel Neves

Boas Práticas
. Plano interventivo de combate às emissões de SF6*;*
. Certificações ISO 14001.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

REPSOL

Contacto
A. Martins Victor

Boas Práticas
. Plano de Carbono e Novas Fontes Energéticas

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

REVIGRÉS

Contacto
M.ª Helena Oliveira

Boas Práticas
. Investimento em eficiência energética;
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

SECIL

Contacto
José Bravo Ferreira

Boas Práticas
. Investimento em eficiência energética;
. Redução de emissões de GEE.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

RODOVIÁRIA DE LISBOA

Contacto
Manuel Mota

Boas Práticas
. Programa Gisfrot;
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

SOARES DA COSTA

Contacto
Eloísa Cepinha

Boas Práticas
. Formulação de uma Estratégia para as AC;
. Cumprimento de objectivos de redução de emissões.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

SOMAGUE

Contacto
Adelaide Jerónimo / Duarte Pereira

Boas Práticas
. Certificações Ambientais;
. Planos de Gestão Energética de edificado.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

SONAECOM

Contacto
Renato Cardoso

Boas Práticas
. Formulação de uma política de objectivos climáticos;
. Informação de AC veiculada a accionistas e investidores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	

SONAE SIERRA

Contacto
Susana de Almeida Lourenço / Sandra Maria Dias / Bruno Moura

Boas Práticas
. Incentivo a colaboradores pelo seu desempenho ambiental;
. Projecção do impacte material das AC na actividade da empresa.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

STCP – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO

Contacto
Joaquim Reinas

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

TAP

Contacto
Maria João Calha

Boas Práticas
. Projecto *Fuel Conservation and Emission Reduction;*
. Programa de compensação de emissões para clientes.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

TEIXEIRA DUARTE

Contacto
José Cobra Ferreira / Ana Filipa Antunes

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

TST – TRANSPORTES SUL DO TEJO

Contacto
Graça Calapez

Boas Práticas
. Projecto Gisfrot;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

UNICER

Contacto
Adelaide Jesus / Cristina Costa

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

VALOR AMBIENTE

Contacto
Inês Jardim Fernandes

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE 2010

VALORSUL

Contacto
Vera Correia / Sofia Mota

Boas Práticas
. Grupo de trabalho multidisciplinar para a eficiência energética;

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	√
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

VODAFONE PORTUGAL

Contacto
Ana Mesquita Veríssimo

Boas Práticas
. Redução de emissões de GEE;
. Desempenho ambiental de áreas operativas interligado com compensação a colaboradores.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	√
	Âmbito 2	√
	Âmbito 3	√
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

WORTEN

Contacto
Vítor Lemos Martins

Boas Práticas
. Certificações Ambientais.

Monitorização e Estratégia p/ GEE

Inventário	Âmbito 1	
	Âmbito 2	
	Âmbito 3	
	CELE / PREN	
Objectivos Quantificados	Climáticos (emissões, energia, compensação, etc.)	√

ZON MULTIMÉDIA

Contacto
Henrique Rosado

12

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO ACGE 2010

A. A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA EMPRESA E SUPERVISÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	PONTUAÇÃO MÁXIMA		6
I. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA			
. Organograma da empresa.			INF
. Composição do CA. Qual o n.º de administradores não-executivos no CA?			INF
. Composição accionista: indique os três principais accionistas da empresa.			INF
II. MODELO DE GOVERNAÇÃO DA EMPRESA PARA AS QUESTÕES RELATIVAS A ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS			
II.1. Qual o número de colaboradores da empresa?			INF
II.2 Existe um departamento/comité específico para tratar das questões relacionadas com as alterações climáticas/ eficiência energética?	1	Se Sim=1; Se Não=0	

II.2.a. Qual o seu nome e data de criação? Quais as responsabilidades atribuídas formalmente a este departamento? Qual o número de colaboradores afecto ao departamento ?		INF
II.3 Verificar o distanciamento hierárquico do responsável pelo departamento/comité indicado em II.2.a. ao CA.		INF
III. A ABORDAGEM DA EMPRESA AO DESAFIO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
III.1 Verificar se as alterações climáticas foram concretamente debatidas ao nível do Conselho de Administração (menção do tópico em mensagens do CA, etc.), tendo daí resultado tomadas de posições oficiais (ex. inclusão em grupos de trabalho voluntário).	2	Se Sim=2; Se Não=0
III.2 Existem membros da administração ou direcção com participações públicas sobre AC na qualidade de representantes da empresa. Obter o nome do orador ou redactor (para o caso de publicações e artigos em jornais, revistas, etc.), data do acontecimento e objecto apresentado ou escrito.	1	Se Sim=1; Se Não=0
III.3. Qual tem sido o papel dos accionistas e/ou investidores na questão das AC? .solicitam definição de estratégias; . solicitam diagnósticos; . solicitam mais informação sobre o tema.	INF	INF
III.3.a. Apresentar a informação veiculada a accionistas/ investidores sobre AC.	1	Sim=1; Se Não=0
III.4. A empresa disponibiliza mecanismos específicos (ex: fóruns, formações) que permitem a participação dos seus colaboradores nas questões relativas a alterações climáticas? Se sim, em que moldes é realizada esta participação? Quais são os resultados desta participação?	1	Se Sim=1; Se Não=0

B. GESTÃO DE EMPRESAS E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS	PONTAÇÃO MÁXIMA	12
IV. CARACTERIZAR AS OBRIGAÇÕES LEGAIS DA EMPRESA NO QUE RESPEITA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
IV.1. Analisar vínculos legais da empresa para tomar iniciativas face às alterações climáticas.		INF
V. A ABORDAGEM DA EMPRESA ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS E À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA		
V.1 Quais os principais investimentos da empresa em Energias Renováveis, Eficiência Energética ou Desempenho Climático?	2	Se Sim e investimentos são actualizados aos timings do presente ACGE e representam uma metodologia objectiva =2; Se Sim, mas as 2 condições anteriores não se verificam =1; Se Não=0
V.2 É avaliado o potencial de redução de emissões associado a estes investimentos? Que metodologia foi usada nesse cálculo: Greenhouse Gas Protocol for Project Accounting, Própria; Outras. Quais?	INF	INF
VI. CARACTERIZAR A ESTRUTURA DE OBJECTIVOS CLIMÁTICOS NA EMPRESA		
VI.1 Verificar a existência de objectivos ambientais **quantificados** numericamente para o consumo de energia ou outro directamente relacionado com alterações climáticas.	1	Se Sim=1; Se Não=0

VI.2. Verificar se os objectivos ambientais da empresa são de acesso público (planos de negócios, Relatório&Contas, relatório de sustentabilidade, etc.).	2	Se Sim=2; Se Não=0
VI. 3 Metodologia utilizada para alcançar os objectivos ambientais da empresa.		
. Por compensação e incentivo de colaboradores/administradores. . Desempenho ambiental genérico (quais os parâmetros de avaliação). . Desempenho em eficiência energética. . Desempenho em emissões de GEE.	2	Se Sim=2; Se Não=0
. Certificação e Auditorias Ambientais	2	Se Sim=2; Se Não=0
. Outras acções internalizadas na lógica de alcance dos objectivos climáticos da empresa. Quais?	1	Se Sim=1; Se Não=0
VI.4 Existe uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Que critérios são esses? (ex: pegada carbónica de fornecedores) A empresa fez formação ao nível das AC/efic. energ. aos seus fornecedores?	2	Se Sim (critérios)=2; demonstra preocupações sem critérios (ex: formação de fornecedores)=1; Se Não=0

VI.5.a. A empresa tem uma metodologia de análise de risco decorrente das alterações climáticas. Quais os riscos identificados?	INF	INF
VI.5.b. A empresa tem uma metodologia de análise de oportunidades decorrentes das alterações climáticas. Quais as oportunidades identificadas?	INF	INF
C. DIVULGAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO DAS EMPRESAS PERANTE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	PONTAÇÃO MÁXIMA	9
VII. A POSIÇÃO DA EMPRESA FACE ÀS EVIDÊNCIAS ACTUAIS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
VII.1.a. Verificar a existência de iniciativas tomadas pela empresa que incluem a questão das Alterações Climáticas. Participação em Programas Voluntários, Outras. Quais?	1	Se Sim=1; Se Não=0
VII.2 Qual é a posição da empresa relativamente às alterações climáticas?		INF
VIII. RELATÓRIOS DA EMPRESA SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
VIII.1. Além dos Relatórios de Sustentabilidade, quais as formas de informação da problemática das alterações climáticas na empresa: **Comunicados** (internos/de imprensa), Estudos, Newsletters, **Etiquetagem da Pegada Carbónica** em produtos/serviços, etc. Qual a sua periodicidade, destinatários e metodologia de divulgação?	3	Se Sim=2; Se Não=0 Caso exista pelo menos uma publicação de abordagem profunda e cuja qualidade de comunicação justifique a sua diferenciação das restantes = 1 Caso não exista = 0
IX. CARACTERÍSTICAS DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE		
IX.1. A empresa elabora/ publica Relatórios de Sustentabilidade (RS)?	1	Se elaborar RS =1; Se Não =0

IX.1.a. Utiliza estes "indicadores adicionais" do GRI? Se sim, quais? G3 Guidelines . Energia: EN5/EN6/EN7; . Emissões Efluentes e Resíduos: EN18; . Transportes: EN29.	2	Se usar 1 EN= 0,5 Se usar 2 EN= 1 Se usar 3 ou mais EN= 2
IX.1.b. Verificar se o Relatório de Sustentabilidade foi submetido a verificação externa.	1	Se Sim=1; Se Não=0,
IX.1.c Verificar se os indicadores adicionais GRI da questão IX.1a foram submetidos a verificação externa.	1	Se Sim=1; Se Não=0,
D. INVENTÁRIO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA	PONTAÇÃO MÁXIMA	13
X. ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE EMISSÕES DE GEE		
X.1. Verificar se a empresa elabora um Inventário das Emissões de GEE. Analisar os níveis de divulgação dos resultados do inventário: . Relatório próprio de emissões de GEE. . Informação do inventário incluída no Relatório de Sustentabilidade. . Informação incluída noutros documentos.	1	Se elabora inventários de GEE = 1
X.1ou2?. É utilizada uma metodologia normalizada? Qual? . Metodologia descrita na Portaria N.º 121/2005; . Greenhouse Gas Protocol; . Metodologia sectorial; . Outra - qual?	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XI. CARACTERÍSTICAS DA ELABORAÇÃO DOS INVENTÁRIOS		
XI.1. Quais são os gases inventariados pela empresa?		INF

XI.2. Analisar fontes de GEE inventariadas:		
XI.2.a. Emissões de ÂMBITO 1 (emissões de veículos da empresa, combustão de combustível em instalações próprias)	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XI.2.b. Emissões de ÂMBITO 2 (Electricidade ou gás natural comprado a terceiros)	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XI.2.c. Emissões de ÂMBITO 3 (transporte dos funcionários nos trajectos casa-empresa, transporte de material para a empresa, etc.).	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XII. PROJECÇÕES DE EMISSÕES DE GEE		
XII.1. A empresa tem um objectivo global e absoluto para a redução de emissões de GEE?	2	Se Sim=2; Se Não=0
XII.1a. Existem objectivos de emissões absolutos ou relativos, por sector ou área de actividade?	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XII.1b. Para os objectivos mencionados, indique o ano de referência e o ano de cumprimento.	1	Até 10 anos = 1; C.Contrário =0
XII.2.Foi alcançada uma redução nas emissões totais da empresa? E em departamentos/actividades específicas? Através de que principais medidas foram estas reduções alcançadas? Caso não tenha alcançado reduções, analisar os motivos.	2	Se Sim, para actividade/âmbito dominante do inventário de emissões=2; outro âmbito/actividade=1; Se Não=0
XII.3. Cumpriu objectivos de redução de emissões de GEE absolutas ou relativas? Objectivos têm de ser auto-impostos e documentados (públicos ou não).	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XII.4. A empresa realiza projecções das suas emissões de GEE? São de acesso público?	1	Se Sim = 1; Se Não =0
XII.5. A empresa faz benchmarking em matéria de emissões de GEE com empresas suas congéneres?	INF	INF

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

À Direcção da
Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado

Verificação Independente do processo relativo ao Índice de Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE 2010

Introdução

Fomos solicitados pela Direcção da Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado (Euronatura), para procedermos à verificação independente da informação constante do processo associado ao Índice de Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE 2010, produzido pela Euronatura.

Responsabilidades

A Direcção da Euronatura é responsável pela informação apresentada, metodologia utilizada para avaliar as diferentes entidades participantes do índice, bem como critérios inerentes e sistemas dos processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório sobre a adequação daquela informação, de acordo com o âmbito de procedimentos acordados referido no parágrafo seguinte. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações. Qualquer utilização que venha a ser feita por qualquer terceiro dos dados deste relatório é da sua inteira responsabilidade e risco.

Âmbito

Nesta verificação, os nossos procedimentos foram os acordados com a Euronatura e consistiram em: (i) verificar a existência de evidência das questões pontuáveis no modelo utilizado, e (ii) conferir os cálculos do índice.

Conclusões

Com base no trabalho efectuado, concluímos que a pontuação total atribuída a cada entidade corresponde ao cômputo das questões individuais correspondentes e todos os pontos atribuídos a cada entidade está suportada em conformidade com o modelo previamente definido pela Euronatura.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, ROC

NOTAS

AGRADECIMENTOS

A realização do Projecto "Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE 2010" só foi possível com a dedicação e esforço de todas as partes envolvidas.
O nosso agradecimento ao Conselho Consultivo e aos nossos Parceiros – a equipa da PricewaterhouseCoopers, na pessoa de Ana Cláudia Coelho, ao BCSD Portugal, na pessoa de Luís Rochartre, e à Norma Design – pela disponibilidade e pelo apoio prestado na construção de mais uma edição do Índice.
Às empresas cabe-nos agradecer a sua participação e contributo no fornecimento dos dados de análise essenciais para a construção do *Ranking*.

Apoios Platina

BANCO ESPIRITO SANTO

Caixa Geral de Depositos

vodafone

Parceiros

BCSD Portugal
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

pwc

NORMA
www.normadesign.com

A EURONATURA – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado é uma organização não-governamental de ambiente sem fins lucrativos, especializada em investigação em ciência, política e direito de ambiente, particularmente no respeitante a matérias de cariz internacional. Fundada em 1997, a EURONATURA organiza o seu trabalho em três áreas programáticas fundamentais: Ciência e Política das Alterações Climáticas, História e Política Florestal e Economia e Ambiente.

A Euronatura desde a sua fundação trabalha a temática das Alterações Climáticas, contando com a participação de seus investigadores na Delegação Portuguesa de Clima da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), em 2007 e 2009.

Durante a última década a Euronatura dedicou-se à execução de projectos na área das alterações climáticas, como é o índice Alterações Climáticas e Gestão de Empresas (ACGE), que aqui divulgamos. O ACGE tem uma história feita de cinco anos de experiência, e continua a desempenhar a sua função na consciencialização de todos os *stakeholders* económicos com o empenho de sempre. Continua a acreditar que o desafio das alterações climáticas deve ser concretizado por todos os actores. Neste contexto assume as funções de representação social, que lhe foram conferidas na sua génese, partilhando com as empresas e os seus parceiros o esforço de combate às alterações climáticas.

EURONATURA
Centro para o Direito Ambiental
e Desenvolvimento Sustentado

Telefone: (+351) 213 868 420
E-mail: geral@euronatura.pt

www.euronatura.pt

Rua Passos Manuel, 130 - 7º andar
1150-260 Lisboa